

metrópoles

REVISTA DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA 2º SEMESTRE 2012



GOVERNO

IMPÕE REDUÇÃO DE ESTRUTURAS MUNICIPAIS

ENTREVISTA

JOÃO LOBO
PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL
DA MOITA

JUNTAS METROPOLITANAS

REUNIÃO NO PORTO

DESTAQUE

REDUÇÃO DAS
ESTRUTURAS
MUNICIPAIS

PATRIMÓNIO

RIQUEZA
VITIVINÍCOLA
DE PALMELA

AS LENDAS DE SINTRA

CULTURA

LAGOA HENRIQUES
O ESCULTOR DE LISBOA

ALCOCHETE . ALMADA .
AMADORA . BARREIRO .
CASCAIS . LISBOA .
LOURES . MAFRA . MOITA .
MONTIJO . ODIVELAS .
OEIRAS . PALMELA .
SEIXAL . SESIMBRA .
SETÚBAL . SINTRA .
VILA FRANCA DE XIRA



UMA PRECIPITAÇÃO LEGISLATIVA QUE ATACA AS PRÓPRIAS BASES DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

Carlos Humberto de Carvalho
Presidente da JML

Alcochete

Largo S. João Baptista
2894-001 ALCOCHETE
Tel. 21 234 86 00 . Fax 21 234 86 90
www.cm-alcochete.pt

Almada

Largo Luís de Camões
2800-158 ALMADA
Tel. 21 272 40 00 . Fax 21 272 45 55
www.cm-almada.pt

Amadora

Av. Movimento das Forças Armadas
2700-595 AMADORA
Tel. 21 436 90 00 . Fax 21 492 20 82
www.cm-amadora.pt

Barreiro

Rua Miguel Bombarda
2830-355 BARREIRO
Tel. 21 206 80 00 . Fax 21 206 80 01
www.cm-barreiro.pt

Cascais

Praça 5 de outubro
2754-501 CASCAIS
Tel. 21 482 50 00 . Fax 21 482 50 30
www.cm-cascais.pt

Lisboa

Praça do Município
1100-365 LISBOA
Tel. 21 322 70 00 . Fax 21 322 70 08
www.cm-lisboa.pt

Loures

Praça da Liberdade, 4
2674-501 LOURES
Tel. 21 982 98 00 . Fax 21 982 00 84
www.cm-loures.pt

Mafra

Praça do Município
2644-001 MAFRA
Tel. 261 810 100 . Fax 261 810 130
www.cm-mafra.pt

Moita

Praça da República
2840-422 MOITA
Tel. 21 280 67 00 . Fax 21 280 10 08
www.cm-moita.pt

Montijo

Rua Manuel N. Nunes Almeida
2870-352 MONTIJO
Tel. 21 232 76 00 . Fax 21 232 76 08
www.mun-montijo.pt

Odivelas

Rua Guilherme Gomes Fernandes
2675-372 ODIVELAS
Tel. 21 932 00 00 . Fax 21 934 43 93
www.cm-odivelas.pt

Oeiras

Largo Marquês de Pombal
2784-501 OEIRAS
Tel. 21 440 83 00 Fax 21 440 87 12
www.cm-oeiras.pt

Palmela

Largo do Município
2954-001 PALMELA
Tel. 21 233 66 00 . Fax 21 233 66 59
www.cm-palmela.pt

Seixal

Alameda dos Bombeiros Voluntários, n.º 45
2844-001 SEIXAL
Tel.: 212 276 700 . Fax: 212 276 701
www.cm-seixal.pt

Sesimbra

Rua da República, 3
2970-741 SESIMBRA
Tel. 21 228 85 00 . Fax 21 228 85 26
www.cm-sesimbra.pt

Setúbal

Praça do Bocage
2900-276 SETÚBAL
Tel. 265 541 500 . Fax 265 541 621
www.mun-setubal.pt

Sintra

Largo Dr. Virgílio Horta
2714-501 SINTRA
Tel. 21 923 85 00 . Fax 21 923 86 57
www.cm-sintra.pt

Vila Franca de Xira

Praça Afonso de Albuquerque, 2
2600-093 V.FRANCA de XIRA
Tel. 263 280 480 . Fax 263 276 002
www.cm-vfxira.pt

Temos assistido, ao longo do ano de 2012, a uma produção legislativa muito intensa, apresentada como indispensável para contenção da despesa pública e reforma do Estado. As populações de todo o território do País, e o Poder Local, que é o seu primeiro patamar de representação política, são agora o alvo preciso de um empreendimento que resume todas as reformas à necessidade de reduzir, a todo o custo, as estruturas dessa mesma representação.

De nada têm servido sucessivas chamadas de atenção para o equívoco desta atitude e para os perigos desta política, que deixa cada vez mais desprovidas as unidades mais frágeis, já enfraquecidas pela crise e pela “emigração” interna - nomeadamente, as freguesias do interior. Nem mesmo o facto de muitas das vozes críticas desta precipitação legislativa virem mesmo de autarcas e de dirigentes nacionais (como os presidentes das Associações de Municípios e de Freguesias) que pertencem ao maior partido do Governo.

Ainda por cima, o critério quantitativo seguido para impor esses cortes, na lei que obriga a reduções de dirigentes na estrutura orgânica dos Municípios, baseia-se sempre num cálculo rígido que pretende apenas ser correspondente à dimensão populacional da autarquia visada. Não se distinguem as diferenças entre autarquias, a existência de mais serviços prestados às populações, o facto de eles serem

externalizados ou assumidos pela própria estrutura de trabalhadores de cada município ou freguesia.

Este caminho conduz a uma descaracterização do Poder Local Democrático desenvolvido em Portugal depois do 25 de abril, a uma diminuição drástica da sua capacidade de serviço e de resposta aos problemas das populações. E isto precisamente no momento em que a crise provocada pela especulação financeira exige de todas as instituições que não abram brechas na rede social de apoio aos mais vulneráveis.

Aquilo que se impõe a todos os responsáveis, desde a mais humilde autarquia até aos mais altos níveis de poder político do Estado, é uma consciência muito clara das causas das nossas dificuldades e uma mobilização que apele justamente a esse sentido de serviço coletivo - em vez de impor, de cima para baixo, uma austeridade cega, entendida como uma espécie de castigo moralizador de um “despesismo” que não foi praticado pelos que têm agora de o pagar.

Em última instância, a presente crise, em vez de argumento contra o Poder Local, impõe a urgência do seu aprofundamento. Em vez do desmantelamento e asfixia dos seus vários níveis de representatividade, exige o respeito da sua natureza democrática e o reforço da sua dependência direta dos eleitores, que lhe confere a necessária legitimidade.



12



16



18



36



54



58

EDITORIAL	3
BREVES	6
Notícias dos concelhos da AML	
ENTREVISTA	12
Presidente da Câmara Municipal da Moita	
AML SEMESTRE	16
Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto reúnem-se contra medidas do governo	
DESTAQUE	18
Redução de estruturas autárquicas	
PME'S INOVAÇÃO	34
Mundináutica - A pescar em várias águas	
PATRIMÓNIO	36
O património vitivinícola de Palmela	
As lendas de Sintra	
FUNDOS COMUNITÁRIOS	44
Melhoria do desenvolvimento escolar na região de Lisboa	
IMAGENS METROPOLITANAS	48
Arlindo Pinto	
CULTURA	54
Lagoa Henriques, escultor de Lisboa	
AROMAS	58
Os grandes vinhos do termo de Lisboa 1ª parte - Estremadura	
ACONTECEU	62
Conferência sobre os principais desafios da coesão social	

JUNTA METROPOLITANA DE LISBOA

Orquestra Geração Área Metropolitana de Lisboa promoveu concerto



A Área Metropolitana de Lisboa, as Câmaras Municipais da Amadora, Lisboa, Loures, Oeiras, Sesimbra, Sintra e Vila Franca de Xira, a Escola de Música do Conservatório Nacional e a Associação de Amigos da Escola de Música do Conservatório Nacional organizaram um concerto Orquestra Geração, que decorreu na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa. O seu final foi apoteótico, com 400 crianças de todas as orquestras a tocarem sob a direção dos conceituados maestros Pedro Neves e Jesus Olivetti.

Neste concerto, para além das orquestras apoiadas pela Área Metropolitana de Lisboa e pelos referidos Municípios, no âmbito de candidaturas apresentadas ao PÓRLisboa - QREN, pelo Ministério da Educação e pelas Fundações Calouste Gulbenkian, PT e EDP e pelo grupo privado Atral Cipan, foram apresentados os projetos de Amarante, Mirandela, Murça e Coimbra. Este projeto das Orquestras Sinfónicas Juvenis, inspirado no modelo venezuelano, foca a sua ação na integração social através da música. Mais informações em www.orquestra.geracao.aml.pt

ALCOCHETE

. Frente ribeirinha

A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, a adjudicação da empreitada “Regeneração da Frente Ribeirinha de Alcochete – 1ª Fase”, à empresa Alexandre Barbosa Borges, no montante de 1.813.142,92 euros, com um prazo de execução de 365 dias. A primeira fase desta obra conjunta entre a autarquia e a Administração do Porto de Lisboa, contempla as componentes terrestre e marítima da Avenida D. Manuel, a requalificação da Ponte-Cais, do Largo da Misericórdia e da Rua do Norte.

. Taxas de IMI mantêm-se



A Câmara Municipal aprovou por maioria a manutenção das taxas do IMI para 2013 nos mesmos valores que vigoram desde 2008, a que corresponde 0,7% sobre os prédios urbanos não avaliados e 0,4% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do IMI, abaixo dos limites máximos de 0,8% e 0,5% respetivamente. A decisão foi tomada na reunião pública de Câmara que decorreu na delegação da Junta de Freguesia de Alcochete na Fonte da Senhora.

. Reorganização administrativa

A Câmara Municipal opõe-se “a qualquer intenção legislativa de extinguir as autarquias existen-

tes, seja pela sua pura eliminação, seja por recurso a qualquer forma eufemística de ‘agregação’ ou engenharia política”. Esta posição é defendida na moção sobre a “Reorganização Administrativa Territorial Autárquica”, aprovada por maioria em reunião da edilidade, que considera ainda que a Lei nº 22/2012, de 30 de maio, “representa não apenas o empobrecimento democrático mas, também, um retrocesso na autonomia do Poder Local Democrático e um grave atentado contra os direitos e interesses das populações e o desenvolvimento local”.

ALMADA

. Iluminação pública

Os caminhos do Parque da Paz, desde as entradas junto ao parque de estacionamento do Chegadinho e ao Monumento à Paz, vão passar a estar iluminados à noite. Os candeeiros com lâmpadas led e auxílio de um relógio astronómico, vão funcionar a 100% do pôr do sol até à meia-noite e a 70% no período seguinte. No total vão ser instalados 49 unidades com lâmpadas de baixo consumo, num investimento municipal que ascende a quase 123 mil euros.



. Prémio literário

Maria da Conceição Dinis Tomé, com o original “O Caderno do Avô Heinrich”, foi a autora premiada

na edição 2012 do Prémio Literário Maria Rosa Colaço, numa decisão do júri tomada por unanimidade num universo de 74 obras originais que se apresentaram a concurso. A autora, que é professora do ensino básico, recebeu um prémio monetário no valor de cinco mil euros.

. Festival Cinamina

O filme “A energia na Terra chega para todos. Basta partilhá-la!”, recebeu o Prémio Melhor Curta-Metragem – Publicidade e Informação, no Festival Internacional de Cinema de Animação, que se realiza em Espinho. O filme, realizado pela Câmara Municipal de Almada, em parceria com a Agência Municipal de Energia e a equipa do cineasta José Miguel Ribeiro, expressa, de forma simples e universal, como a utilização mundial da energia tem que ser melhor repartida. Uma cópia do filme foi entregue ao Secretário-Geral da ONU na cimeira mundial para o desenvolvimento sustentável Rio+20, onde Almada esteve presente.

AMADORA

. Esplanadas Premium

A Câmara Municipal da Amadora acaba de criar um programa de apoio e incentivo à implementação e desenvolvimento de esplanadas na cidade – “Programa Esplanadas Premium”. Com esta iniciativa, o município pretende oferecer uma solução célere e eficaz à implementação deste tipo de equipamento no território da Amadora, através do apoio técnico e logístico aos particulares interessados. A autarquia aprovou ainda a redução em 25% do valor da taxa de ocupação da via pública às esplanadas reconhecidas como “Premium”.

. Unidade residencial

A Câmara Municipal vai avançar com a construção da Unidade Residencial dos Moinhos da Funcheira, com o objetivo de responder a necessidades especiais da população, designadamente dos mais idosos. Este novo equipamento municipal é composto por 42 unidades residenciais e um Centro de Dia integrando áreas administrativas, apoio médico, ajudas complementares, espaços polivalentes e de lazer, refeitório, cozinha e lavandaria. A obra, com um valor superior a 2 milhões de euros, foi recentemente adjudicada e deverá ficar concluída em 16 meses.

. Autarquia reduz taxas



A Câmara Municipal da Amadora decidiu reduzir a carga fiscal sobre os municípios e as pequenas e médias empresas do concelho, num valor que ascende a cerca de 3 milhões de euros no total. Assim, as taxas do IMI para 2013 serão de 0,60% para os prédios urbanos não avaliados e 0,37% para os que já foram avaliados. Em sede de IRS, decidiu a autarquia lançar uma taxa reduzida de 3,8%, diminuindo em 1,2% a participação variável na receita. Sobre a derrama, foi aprovada a isenção de taxa às empresas com volume de negócios abaixo dos 150 mil euros, e de 1,5% para valores superiores.

BARREIRO

. Monumento público



A Igreja de Santa Maria, situada na freguesia do Alto do Seixalinho, foi classificada como Monumento de Interesse Público. A decisão foi publicada em Diário da República, em 20 de setembro. O projeto da Igreja Paroquial do Barreiro data de 1959, tendo o primeiro ato religioso, ocorrido a 4 de junho de 1961, sido celebrado pelo arcebispo de Mitilene e Vigário-Geral do Patriarcado, D. Manuel dos Santos Rocha.

. Protocolo cultural

Em reunião do executivo municipal foi aprovada a proposta de celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Sociedade Filarmónica Agrícola Lavradiense, no âmbito da sua atividade teatral. As duas entidades comprometem-se a criar as condições que permitam, a esta última, “continuar a estrear uma peça de teatro por ano, a produzir a Mostra de Teatro anualmente e a participar de forma descentralizada no Mês do Teatro”.

. Património barreirense

Divulgar o importante conjunto patrimonial existente no concelho é o objetivo da Rota do Trabalho e da Indústria do Barreiro apresentada publicamente no Museu Industrial do Barreiro. O presidente da edilidade, Carlos Humberto de Carvalho, sintetizou na ocasião o revisitar

das memórias locais, afirmando: “Não temos castelos, mas temos chaminés, a Ponta da Passadeira, a Real Fábrica de Vidro de Coima, os fornos de cal, os moinhos de maré e vento, o património ferroviário, a Casa Museu Alfredo da Silva, entre outros locais de grande interesse patrimonial”.

CASCAIS

. Talaíde em festa



Com um novo palco e instalações reabilitadas, o Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, criado em 1967, tem agora melhores condições para as múltiplas atividades que desenvolve de natureza cultural, social, desportiva e recreativa, mobilizando cerca de 440 associados. A intervenção apoiada pela Câmara Municipal de Cascais no valor de 50 mil euros, proporcionou a montagem de um palco de 64 metros de comprimento, mais 40 metros do que anteriormente.

LISBOA

. Estratégia para 2020



A autarquia de Lisboa tem vindo a preparar as linhas de orientação para a utilização dos instrumentos de financiamento comunitário e prossecução da sua estratégia no quadro financeiro comunitário 2014-2020. A Câmara Municipal, em colaboração com universidades, empresários, agentes culturais e sociais, e forças políticas,

já identificou os desafios e as ameaças para a capital num quadro supranacional, que substanciam os objetivos e as linhas de ação para que Lisboa se torne melhor cidade com mais pessoas e mais emprego.

. Redução de taxas

A Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, em sede de IRS, prescindir da coleta de 5% prevista para os municípios, para receber apenas 2,5%, sendo devolvidos às famílias cerca de 31 milhões de euros. Em relação à Derrama, foram isentados o pequeno comércio, farmácias e restauração. Foi ainda criada uma isenção, por 3 anos, para novas empresas que empreguem pelos menos 5 postos de trabalho. No que diz respeito ao IMI, mantem-se a taxa agravada para prédios devolutos. Para os não avaliados a taxa foi fixada em 0,6%, e para os já avaliados em 0,3%.

. Reforma administrativa

Foi publicada a Lei 56/2012 que estabelece os princípios da reforma administrativa de Lisboa e define o novo mapa da cidade. Esta é uma “reforma sem paralelo em todo o país”, salientou o presidente António Costa ao referir-se ao diploma que consagra os contornos da reorganização administrativa da capital, que contempla a redução para 24 do número de freguesias, atribuição legal de novas competências às juntas, transferência de recursos financeiros e humanos, e criação da freguesia do Parque das Nações.

LOURES

. IMI abaixo dos valores legais

A Câmara Municipal de Loures aprovou a proposta de fixação

das taxas do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) a pagar em 2013, que aponta para valores abaixo dos limites máximos estabelecidos por lei. Assim, para os prédios urbanos ainda não avaliados a taxa é de 0,7% e para os prédios urbanos avaliados de 0,4%. A redução das taxas visa atenuar o esforço financeiro das famílias e das empresas, num ano em que são sujeitas a um enorme agravamento fiscal.

. Biblioteca escolar



O município de Loures procedeu à abertura da Biblioteca Escolar da EB1/JI nº 3 de Loures – Fanqueiro, apadrinhada pela escritora Luísa Ducla Soares, num investimento superior a 15 mil euros para aquisição de fundo documental, mobiliário e equipamento. Esta nova infraestrutura escolar é a quadragésima segunda biblioteca a ser inaugurada no concelho, desde a adesão do município ao Programa Rede de Bibliotecas Escolares, assumido em conjunto entre as autarquias locais e a administração central.

. Parque de recreio

Iniciaram-se as obras de construção do parque de recreio e lazer do Bairro Belo Horizonte, em São João da Talha, numa iniciativa conjunta da câmara municipal, SMAS e junta de freguesia local. Este melhoramento público abrange uma área de 1365 m²,

prevendo-se a instalação de um campo de jogos, parque infantil, mobiliário urbano e zonas de lazer. Estima-se em 70 mil euros o valor do investimento e seis meses para a conclusão da obra.

MAFRA

. Isenção de taxas

A Câmara e a Assembleia Municipal deliberaram aprovar a isenção temporária, entre 1 de agosto de 2012 e 31 de dezembro de 2013, do pagamento das taxas referentes à construção, ampliação, reconstrução ou alteração de edificações. Esta medida pretende contrariar a tendência de contração da economia e promover a oferta de emprego, considerando que, face à importância do sector da construção e de outras atividades económicas, o estímulo à realização de obras particulares produz efeitos imediatos, diretos e multiplicadores na dinamização da economia local.

. Praia de Ribeira D` Ilhas



A Câmara Municipal está a proceder à requalificação da praia de Ribeira d` Ilhas, num projeto enquadrado na estratégia municipal de desenvolvimento sustentado do litoral. Pretende-se transformar este espaço numa autêntica praia temática, dotada dos mais modernos equipamentos para a prática dos desportos de onda.

. Arrendamento social

A Câmara Municipal de Mafra celebrou um protocolo de colaboração, com o objetivo de dinamizar o funcionamento de uma Bolsa de Imóveis para arrendamento com valores inferiores aos de mercado. Inscrita como uma das várias medidas do “Programa de Emergência Social” e apresentada publicamente pelo governo, o “Mercado Social de Arrendamento” disponibiliza um conjunto de frações habitacionais, com valores de renda mensais inferiores, até 30%, aos valores médios praticados em mercado livre. Informações disponíveis no Gabinete de Ação Social da autarquia.

MOITA

. Atividades ribeirinhas

Na perspetiva de valorizar a forte ligação do município da Moita ao rio e dar continuidade ao trabalho que a autarquia tem vindo a desenvolver na recuperação e valorização da sua frente ribeirinha, foi assinado um protocolo de parceria entre a Câmara Municipal e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A parceria agora subscrita pretende valorizar as potencialidades naturais e culturais do Estuário do Tejo, designadamente a dinamização e requalificação da frente ribeirinha do município, promoção da náutica de recreio e proteção do património marítimo-fluvial.

. Apoios associativos e impostos municipais

Em reunião do executivo municipal a autarquia decidiu atribuir apoios financeiros aos Serviços Sociais dos Trabalhadores do Município da Moita, ao Clube de Amigos do Atletismo da Moita, ao Grupo de Chinquilho “Vonta-

de do Povo”, CERCIMB e Centro de Convívio de Reformados e Idosos da Baixa da Banheira, num montante superior a 30 mil euros. Na mesma reunião a Câmara Municipal decidiu manter a taxa de IMI em 0,7% para prédios já avaliados e 0,4% para novos edifícios. Foi ainda aprovado uma Derrama de 1,5% para empresas com volume de negócios superiores a 150 mil euros, e 1,2% nos casos em que o rendimento seja inferior.

. Auxílios escolares



No quadro das políticas municipais de promoção da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares, e da inclusão social a autarquia aprovou a definição de critérios para atribuição de auxílios económicos aos alunos do pré-escolar e do ensino básico, no ano letivo de 2012/2013. Assim, para livros e material escolar dos 1º e 2º anos, manteve-se o valor de 43 euros para o escalão A, e 21,50 euros, para o escalão B. Para os 3º e 4º anos, o escalão A recebe 45,80 euros e o B 22,90 euros. As refeições mantem-se nos 1,46 euros, com comparticipações a 50% ou 100% consoante o escalão do Abono de Família.

MONTIJO

. Descida de impostos

A Câmara Municipal do Montijo apresentou várias propostas para aprovação, atendendo às

dificuldades vividas por famílias e empresas. A primeira traduz-se na redução de 1% na taxa de IRS. Dos 5% arrecadados pelo município, a autarquia devolverá 1% aos munícipes. A segunda traduzir-se-á na isenção da taxa de derrama para um volume de negócios até 150 mil euros e de 1,5% para valores superiores. A terceira proposta relaciona-se com a venda de património em hasta pública.

. Clube de leitura

A Câmara Municipal do Montijo e a Alfarroba Formação decidiram promover um Clube de Leitura para adultos, com o objetivo de criar um grupo coeso e dinâmico onde os participantes possam partilhar o gosto pela leitura. O Clube de Leitura, orientado pela escritora Carmen Ezequiel, começou a reunir quinzenalmente, às quartas-feiras, a partir de 24 de outubro, na Biblioteca Municipal Manuel Giraldes da Silva. Destina-se a participantes com idade superior a 16 anos e é de frequência gratuita.

. Marca Montijo



Diferenciar o concelho do Montijo no conjunto dos parceiros institucionais foi o grande objetivo do desafio lançado pela autarquia ao Instituto Politécnico de Setúbal. Com o diagnóstico concluído, trata-se de interagir com parceiros públicos e privados numa lógica supramunicipal para a

sustentabilidade do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo do Montijo. Setores de atividade fortemente identitários com o território concelhio, como o património histórico, o turismo rural, a floricultura, a produção de carne e a cortiça, estão já a desenvolver marcas locais de qualidade.

ODIVELAS

. Orçamento participativo 2013



Foram já apresentados os projetos selecionados para inclusão no próximo orçamento municipal, e que são o resultado da consulta pública que decorreu no passado mês de outubro. No total, foram preenchidos 776 questionários, perfazendo um total de 1384 propostas abrangendo Caneças, Famões, Ramada, Odivelas, Olival de Basto e Pontinha. Esta é a terceira vez que a Câmara implementa o orçamento participativo assente na participação direta dos munícipes no processo de decisão. Para este ano, o valor a inscrever no orçamento municipal destinado ao OP 2013, é de 750.000,00 euros.

. Distinção empresarial

Encontram-se abertas, até 15 de fevereiro de 2013, as candidaturas ao Prémio de Distinção Empresarial, atribuído em três categorias: Carreira, Criação de Emprego e Inovação. A iniciativa

é da Câmara Municipal, com o objetivo de distinguir e reconhecer as empresas do concelho pela sua capacidade de resiliência, de projeção, de dignificação empresarial e de criação de postos de trabalho. Podem candidatar-se todos os empresários que exerçam no concelho atividades de natureza económica.

. Boas práticas

O município de Odivelas recebeu prémios de Boas Práticas, com os projetos “Ser Seguro”, na área da educação e “Odivelas um Concelho Amigo das Pessoas Idosas”, na área social, no decorrer da 20ª Conferência SINASE, que decorreu na Universidade Católica. É a segunda vez que o município é reconhecido a nível nacional, depois de em 2011, o projeto “Sei! Odivelas” ter sido distinguido com a menção honrosa na categoria “O melhor município para estudar”.

OEIRAS

. Entrega de casas

Vinte e três famílias carenciadas do concelho de Oeiras receberam a chave das suas casas no passado mês de novembro, em cerimónia realizada nos Paços do Concelho. Os fogos atribuídos, de tipologias T0; T1; T2; T3 e T4, distribuem-se por bairros municipais localizados nas freguesias de Oeiras, Porto Salvo, Barcarena, Carnaxide, Paço de Arcos e Caxias. Em 2012 o Município de Oeiras realoou um total de 85 famílias.

. Escola amiga do ambiente

Plástico 100% reciclado foi o material usado no revestimento da fachada da nova EB1 /JI Gomes Freire de Andrade, já em funcionamento em Oeiras, permitindo retirar de aterro mais de 70 toneladas de plástico. A

obra deste estabelecimento de ensino resultou de um investimento de cerca de 6 milhões de euros com arranjos exteriores, com financiamento do QREN no valor de 1.543.750,00 euros, sendo os restantes 4.457.250,00 euros de investimento municipal.

. Gestão de mercados



A Câmara Municipal de Oeiras aprovou a transferência da gestão dos mercados municipais de Carnaxide e Queijas para as correspondentes juntas de freguesia, mantendo, embora, a propriedade dos imóveis e os direitos de gestão. Esta delegação de competências surge na sequência do interesse manifestado pelas juntas na sua exploração, para reforçar as relações de proximidade entre todos os operadores destes equipamentos.

PALMELA

. Atendimento On-line

A Câmara Municipal de Palmela alargou o atendimento on-line, disponibilizando quatro novos serviços no âmbito das águas. Os serviços de consulta de contratos, comunicação de leitura, domiciliação bancária e pedido de substituição de contador estão, assim, acessíveis, após registo na área dos serviços on-line da página na Internet. Com estas novas facilidades pretende a autarquia

melhorar a resposta dos serviços oferecidos aos cidadãos, reforçando, em simultâneo, a eficácia e eficiência da organização.

. Eficiência energética

Com o objetivo de otimizar os recursos existentes, a Câmara Municipal, em colaboração com a EDP, instalou 121 sistemas de controlo da iluminação pública, permitindo regular os períodos de ligação da rede. A par desta iniciativa, a autarquia está, também, a substituir candeeiros mais antigos e a desligar pontos de luz em locais onde a iluminação é excessiva. Estas ações inserem-se num conjunto de medidas de eficiência energética para adequar o serviço prestado às necessidades efetivas do espaço público.

. Incentivos à reabilitação



Com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população, reposicionando os problemas da habitação e contribuindo para a melhoria económica e social do concelho, a Câmara Municipal de Palmela disponibilizou um programa de medidas e incentivos de reabilitação urbana. Visam recuperar os imóveis degradados, conservar os existentes e preencher os espaços urbanos vagos, permitindo ao munícipe usufruir de redução/isenção de taxas municipais

SEIXAL

. EcoFamílias está de volta



O projeto EcoFamílias, uma parceria entre a Câmara Municipal do Seixal e a AMESEIXAL, está de volta. A 5ª edição pretende ajudar as famílias a poupar energia em casa. As inscritas são aconselhadas a alterar hábitos de utilização dos equipamentos ou a substituí-los por outros mais eficientes. O objetivo final é a redução do consumo energético para as famílias residentes no concelho do Seixal há pelo menos um ano. As informações podem ser obtidas na Divisão de Ambiente e Sustentabilidade da autarquia.

. Festival de teatro

Decorreu recentemente o 29º Festival de Teatro do Seixal, que levou, ao município, o melhor teatro que se faz em Portugal e a divulgação do trabalho que os grupos locais desenvolvem no concelho. Tendo a comédia de qualidade como um dos pratos fortes da edição deste ano, o festival levou à cena nove peças, muitas de acesso gratuito, em sete palcos do concelho. Grupos participantes: Teatro Novo do Brasil; Sola do Sapato; O Grito; A Muleta; Animateatro; Torreátro; Almagesto e Banda Novo Mundo.

. Plano Educativo Municipal

No ano letivo de 2012/2013, o Plano Educativo Municipal

oferece à comunidade 20 programas de apoio e 109 projetos promovidos pelos serviços da Câmara Municipal do Seixal. Na sua 29ª edição, o PEM vai permitir, aos professores e aos alunos das escolas públicas do município, realizarem projetos em áreas tão diversificadas como a leitura, ambiente, saúde, património, segurança, cidadania, desporto, entre outras.

SESIMBRA

. Fortaleza de Santiago

A Câmara Municipal e os Serviços Sociais da GNR acordaram passar para a posse da autarquia os espaços reservados para a GNR neste imóvel e disponibilizá-los ao público. A proposta consiste na cedência da Casa do Governador, camaratas para colónias de férias e três apartamentos, em troca de quatro fogos na vila de Sesimbra. Está atualmente em curso a primeira fase das obras de requalificação da Fortaleza, para adaptá-la às futuras valências.

. Centro de saúde



Depois de muitos anos de espera, foi finalmente inaugurado o centro de saúde da Quinta do Conde. Este novo equipamento público representou um investimento de 1 milhão e 200 mil euros. O edifício ocupa uma área de cerca de 910 m², junto ao mercado municipal, e funciona de segunda a sexta-feira, das 8 às 20 horas.

. Impostos municipais

A assembleia municipal de Sesimbra aprovou várias propostas submetidas pela câmara, relacionadas com receitas. A principal refere-se à fixação do IML, a cobrar em 2013, no valor de 0,4%, 20 por cento abaixo do máximo permitido por lei. Segundo o presidente da autarquia, Augusto Pólvora, “a nossa opção foi manter esta taxa nos valores anteriores, para não agravar a situação financeira dos cidadãos e empresas”.

SETÚBAL

. Avenida José Saramago



Abriu ao trânsito a Avenida José Saramago, um troço de 854 metros de comprimento com quatro vias de circulação e uma ciclovia, inaugurada na presença de Pilar del Rio, viúva do escritor português. O trajeto desta via representa “uma nova entrada na cidade” e foi desenhado com o objetivo de estruturar a rede viária de uma área de Setúbal em expansão, que engloba dois novos polos de comércio, o Polo Comercial de Monte Belo e o Polo de Serviços, Logística e Indústria Ligeira de Poçoilos.

. Casa da Cultura

Abriu ao público um novo equipamento cultural em Setúbal, dinamizado pela Câmara Municipal em parceria com outras instituições da cidade. Conta com centros de documentação,

espaços para música e artes plásticas, áreas multiusos e zonas de lazer e restauração. O projeto, integrado no Programa ReSet – Regeneração Urbana do Centro Histórico de Setúbal – representa um investimento global de 2.540.212,32 euros, participado em 65% por fundos comunitários.

. Mercado do Livramento

O património azulejar patente no Mercado do Livramento, em Setúbal, está a ser totalmente recuperado numa intervenção promovida pela autarquia com o apoio da Fundação Buehler-Brockhaus, entidade que financia os encargos do restauro no montante de 58.739 euros. No dizer da presidente da edilidade “esta operação, de grande significado para Setúbal, permite recuperar um pedaço importante da memória coletiva setubalense e do Mercado do Livramento, espaço de vivências, de comércio e de cultura”.

SINTRA

. Redução de impostos

A Câmara Municipal de Sintra decidiu reduzir as taxas aplicadas no IML e no IRS na área do município, o que representa um forte contributo para atenuar parte do “enorme aumento de impostos” a que os contribuintes vão ser sujeitos em 2013. 0,39% e 0,6%, respetivamente para os prédios avaliados e para os não-avaliados, que permitam a definição de taxas até 0,5% e 0,8%. Com esta medida a autarquia abdica de uma receita de 14 milhões de euros. Relativamente ao IRS, foi aprovada a transferência de 1% da receita a que a autarquia teria direito. Também no pagamento da Derrama sobre o IRC, foi deliberado isentar as empresas que apre-

sentem um volume de negócios inferior a 150 mil euros.

. Novo parque infantil



A autarquia deu início à construção do novo parque infantil do jardim Conde Almeida Araújo, em Queluz, com um orçamento de mais de 156 mil euros. Com esta intervenção pretende a Câmara Municipal de Sintra recriar a função de parque infantil outrora ali existente, dotando todo o espaço com as condições de segurança adequadas e mobiliário urbano confortável, oferecendo uma maior diversidade de equipamentos infantis.

. Casal da Barota

A Câmara Municipal de Sintra substituiu recentemente as 79 iluminárias do parque de lazer do Casal da Barota, cujo estado de degradação punha em causa a segurança de pessoas e bens, por outros candeeiros mais modernos e eficientes. Esta intervenção, com um custo de 42.345,58 euros, realizada no âmbito do contrato de concessão que a autarquia tem com a EDP, além de aumentar os níveis de iluminação, vai contribuir para o incremento da qualidade de vida dos utentes do espaço.

VILA FRANCA DE XIRA

. Taxas do IML descem

O Município de Vila Franca de Xira aprovou a fixação nos 0,61% da taxa de Imposto Municipal sobre

Imóveis para 2013, que incide sobre os prédios urbanos não reavaliados. Para os imóveis já reavaliados a descida é de 0,35% para 0,30%. Como medidas de combate à desertificação, existem ainda taxas diferenciadas em três freguesias: menos 15% para Alhandra e menos 30% para Cachoeriras e Calhandriz

. Derrama mantém-se

Para o ano 2013, o Executivo Municipal decidiu manter as condições estipuladas para 2012 para a taxa da derrama: isenção da taxa para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros e 1,5% sobre as restantes. A decisão é baseada na evolução das receitas da derrama no conjunto das receitas municipais, que reflete a crise económica e financeira que o país atravessa.

. Póvoa de Santa Iria



A requalificação do Mercado do Levante, implantação de hortas urbanas e a nova sede do Clube Académico de Desportos, são os novos projetos que fazem parte do designado “Eco-Bairro” para a freguesia da Póvoa de Santa Iria. Os projetos com um custo total de 2.800.000,00 euros, inserem-se na candidatura da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ao programa de ação “Póvoa Central, uma Eco Comunidade”, no âmbito do Programa POLIS XXI, com 65% de participação de fundos comunitários.



LEI DOS COMPROMISSOS CAUSA CONSTANGIMENTOS EM SERVIÇOS ESSENCIAIS

João Lobo, presidente da Câmara Municipal da Moita

A Lei dos Compromissos é mais uma forma encontrada pelo governo para diminuir a autonomia e capacidade de gestão dos municípios. É esta a convicção do presidente da Câmara da Moita, João Lobo, que a considera uma intromissão na autonomia das autarquias que vai manietar o funcionamento do município que dirige

Metrópoles - De que forma é que os constrangimentos, que também foram impostos aos municípios numa altura de crise nacional, terão reflexos na elaboração das Grandes Opções do Plano/2013?

João Lobo - Das formas mais variadas. O Orçamento de Estado não respeita, mais uma vez, a Lei das Finanças Locais e o princípio da subsidiariedade e participação dos municípios nos impostos nacionais. Não havendo o equilíbrio na participação das receitas do estado com os impostos nacionais, ficamos cada vez mais impossibilitados de funcionar.

A manutenção de verbas semelhantes a 2012 no Orçamento de Estado e de transferências que estão quase ao nível das de 2005 criam, em conjunto com o não cumprimento da Lei das Finanças Locais, constrangimentos bastante grandes. São medidas que se fazem sentir nas receitas do município.

Para além disso, a crise fez diminuir, de forma significativa, as receitas próprias dos municípios. A estrutura da Lei das Finanças Locais implicava que parte delas tinha origem no urbanismo. Só que esta receita está a decrescer de forma significativa desde 2005 e os projetos urbanísticos novos são raros.

A isto tudo acrescentam-se mais custos sociais. Em 2009 e 2010 a comparticipação para a Caixa Geral de Aposentações cresceu de 13 para 15%. Agora está anunciado um aumento até 20%. São situações que vão diminuir a capacidade de intervenção do município e refletir-se, sem dúvida, na planificação e preparação do orçamento para 2013. Ainda vai ser mais recessivo que o anterior.

Ou seja, o futuro vai ser muito pior. O agravamento dos custos sociais e da situação global contribuem para as receitas deste município decrescerem significativamente. Isso vai ter efeitos muito negativos em relação aos projetos e ações a desenvolver em termos das grandes ações do plano para 2013.

Metrópoles - O município da Moita deu um rotundo NÃO à proposta do governo para a Reorganização Administrativa do Território. Como acha que esta iniciativa política vai evoluir?

João Lobo - Este foi um processo feito desrespeitando os princípios base da democracia.

Se olharmos para a história do município da Moita, este tinha três freguesias quando se deu o 25 de abril de 1974: Moita, Baixa da Banheira e Alhos Vedros. Numa perspetiva de proximidade com as populações e de maior participação e envolvimento destas, um princípio fundamental para a democracia, foram criadas mais três: Vale da Amoreira, Sarilhos Pequenos e Gaio Rosário. E nós entendemos que as seis freguesias se adequam à nossa realidade.

Para além disso, o processo de Reorganização Administrativa do Território não tem tronco nem membros.

É natural que deva haver acertos, até entre municípios, o repensar da situação atual. Mas este processo deve ser feito tendo presentes questões sociais, históricas, administrativas e culturais. Foi para isso que esta legislação se marimbou em relação ao concelho da Moita. Daí o não à proposta do governo em todas as freguesias do município, Assembleia Municipal e Câmara Municipal.

A nível nacional, é isso que tem vindo a acontecer. E não por questões de posicionamento partidário, mas sim por questões de fundo que têm a ver com história, sociologia e sentimentos das populações do país. Por isso, não penso que as propostas sejam implementadas no próximo mandato autárquico.

Também acredito que vão haver alterações políticas significativas que contribuirão para o governo não aplicar estas medidas.

Nunca se viu uma manifestação tão grande, a envolver gentes das freguesias, como a que aconteceu no final do último verão. Gente que nunca participou em manifestações sentiu necessidade de se envolver, porque se está a tocar na essência do país com estas políticas. É, por isso, que eu acredito que esta iniciativa não vai para a frente. Porventura, com a queda, para breve deste governo, o que seria desejável para todos os portugueses.

Metrópoles - A par do trabalho desenvolvido nas áreas sociais (Educação, Saúde) pelo executivo a que preside, admite aliviar a carga fiscal que sobrecarrega municípios e empresas através da redução do IMI e da Derrama?

João Lobo - O governo comprometeu-se a não aumentar impostos e a carga fiscal tem caído sobre os portugueses de forma pesada. Nós já temos vindo a aplicar valores abaixo daquilo que a lei prevê. Mas temos compromissos com o plano de saneamento financeiro e a manutenção do serviço público. Aquilo que queremos prometer à nossa população é não aumentar, mas sim manter os valores de IMI e Derrama. E baixámos esta última de 1,5 para 1,2 para as empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros. A nossa proposta vai ser manter os mesmos valores, que estão em vigor já há alguns anos.

Metrópoles - Mas o aumento do IMI também tem a ver com o aumento do valor patrimonial das casas.

João Lobo - Eu acho que isso também tem de ser devidamente esclarecido, porque a cláusula de salvaguarda se mantém por três anos. Depois, no caso do nosso município, a atualização que está a ser efetuada ainda só vai em 1/3 de todos os prédios. Mesmo depois de todo o traba-



lho ser feito, o imposto será 0,4% e não 0,7%. Para além disso, mantém-se a cláusula de salvaguarda em que o valor do acréscimo anual não pode ser superior a 75 euros.

Por isso acho que não terá o impacto que tem saído na comunicação social. Não é que não tenha, mas não conseguimos ter dados concretos e objetivos sobre os acréscimos que estão a ocorrer com as avaliações, porque, como disse, a operação ainda só abrangeu 1/3 dos prédios a atualizar e avaliar.

Metrópoles - Sob que forma a chamada Lei dos Compromissos está a bloquear o funcionamento da autarquia?

João Lobo - Esta lei é mais uma forma encontrada pelo governo para diminuir a autonomia e capacidade de gestão dos municípios. Em tempos referi que todas estas alterações da legislação, incluindo a Lei dos Compromissos e a Reforma Administrativa, constituem um ajuste de contas com o 25 de abril de 1974, o início de um verdadeiro poder local democrata no nosso país.

É clara a intenção do governo concentrar em vez de descentralizar, para diminuir, no fundo, a democracia. A Lei dos Compromissos é, assim, mais um dos instrumentos do ataque ao poder local democrático. Nós somos entidades que têm autonomia financeira e administrativa. E esta lei é um sério golpe a esta autonomia. Manieta o funcionamento normal do dia-a-dia e os desenvolvimentos futuros.

Com a Lei dos Compromissos estamos impedidos de pensar mais do que a 90 dias para além dos 60 dias normais de prazo de pagamento de uma factura. Isso cria constrangimentos muito fortes ao nosso funcionamento, para prestarmos o serviço básico necessário às nossas populações.

Nestes 38 anos após abril de 1974 fomos evoluindo de tal forma que, hoje, as populações exigem mais, porque estão conscientes dos seus direitos.

Quando faltam os serviços estruturantes que prestamos, as pessoas sentem que lhes estão a retirar um direito. E a Lei dos Compromissos causa-nos constrangimentos que nos impedem de dispensar, como deve ser, serviços higiene e limpeza, recolha e tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos, parques e jardins, entre outros. São essenciais e nós entendemos que se devem manter como serviços públicos a prestar pelos municípios.

Ou seja, a Lei dos Compromissos, para além de uma intromissão na autonomia, vem manietar o funcionamento do município.

Metrópoles - Não sendo expectável, no curto prazo, a eleição direta para os órgãos políticos das Áreas Metropolitanas, o que pensa da proposta de autonomia mitigada que o governo propôs para discussão?

João Lobo - A Junta Metropolitana de Lisboa (JML) já tomou posição sobre isso. É mais um passo atrás.

Hoje é defendida na JML, e é consensual entre os presidentes das câmaras nela representados, a eleição direta por sufrágio universal. Quem dirige a Área Metropolitana de Lisboa deve ser legitimado pelo voto.

A Junta tem legitimidade democrática devido aos presidentes de câmara, que têm poder executivo. Com esta lei até isso é reduzido. Os presidentes de câmara deixam de ter poder executivo, que é passado para o conselho directivo que não terá a legitimidade anterior. É mais um golpe no poder autárquico.

Metrópoles - O que está a ser feito para concretizar o programa municipal de percursos pedonais e cicláveis da autarquia?

João Lobo - Nós temos uma rede municipal de ciclovias com 16 km na zona ribeirinha, onde a nossa grande prioridade é que estes percursos cheguem aos 20 km. São, hoje, mais pedonais que cicláveis, porque a maior parte das pessoas optam por percorrê-los a pé. De facto, no tempo mais quente podemos ver, a partir das 18h00, as pessoas a andar a pé, e algumas de bicicleta, nessas vias. Com este plano municipal queremos deixar já planificados, para o futuro, cerca de 100 km de vias cicláveis, em que se misturam os dois usos.

Acima de tudo, irá ser dada prioridade ao peão e ao velocípede através de um trabalho articulado. Ou seja, o trabalho não vai passar apenas pela construção de infraestruturas, até porque isto é difícil no momento em que vivemos.

O plano também define interfaces, porque queremos incentivar o uso da bicicleta de forma gradual. O nosso município é muito plano. Por isso, as deslocações podem ser feitas facilmente através deste meio de transporte.

Estamos a tentar envolver parceiros de mecenato para colocar postos que permitam a interação entre o percurso ciclável e os transportes públicos. Prevê a colocação de estruturas de abrigo para guardar as bicicletas, também junto a outros serviços fundamentais.

Depois, com o protocolo que assinámos com a Federação Portuguesa de Ciclismo de Utilizadores de Bicicleta, pretendemos desenvolver ações de sensibilização para a população em geral.

No plano de orçamento e atividade para 2013 queremos incluir ainda a aquisição de algumas bicicletas pela câmara. Há percursos de expediente que podem ser realizados de bicicleta e pretendemos incentivar o seu uso pelos nossos trabalhadores, técnicos de fiscalização, etc.

Também ambicionamos implementar a recuperação de bicicletas. Há com certeza pessoas que as têm guardadas mas não as usam há anos. Queremos tornar estas bicicletas disponíveis em determinados locais, para que as queira utilizar.

É claro que há também questões de segurança que se colocam. Por isso, estamos a tentar criar soluções com uma empresa do concelho, a RARI – Construções Metálicas, Engenharia, Projetos e Soluções Industriais, que sejam seguras. Uma pessoa que vai do Penteado até à estação do comboio de bicicleta, tem de sentir que tem condições de segurança para deixar a sua bicicleta e voltar a encontrá-la ao fim do dia.



Apesar das dificuldades actuais, queremos ver se conseguimos avançar com o troço que nos falta da zona ribeirinha, entre o Rosário e Sarilhos Pequenos.

Todo o percurso ao longo do rio tem pontos de observação agradáveis da fauna e flora. É o caso do Sítio das Marinhas, projeto que fica no caminho para o Rosário. Não está aberto em permanência, pois destina-se a visitas de escolas, etc., e dá a conhecer a história da Marinha da Moita, onde vai ser produzido sal de forma tradicional. Mostra as diversas fases do processo a quem visita a instalação e serve também como local de observação da paisagem, flora e fauna locais.

Temos também um projeto com a Protagus - Exploração de Bivalves, empresa constituída no concelho, para, em conjunto com o Ipimar e outras entidades, fazer a reavaliação das águas do Tejo. A qualidade do rio está melhor, com a desactivação de algumas fábricas e entrada em funcionamento das Etars. Por isso esperamos que recuperem as condições para a produção da ostra portuguesa, por exemplo.

Foi criada uma empresa, há uma candidatura, há um protocolo que foi assinado, entre a Câmara da Moita, o Ipimar e Administração da Região Hidrográfica e um investidor interessado. Agora falta receber a resposta para se fazer pesquisa e experimentação. As águas do Tejo ainda estão na classe C no que respeita à apanha de bivalves que, por isso têm de ser destruídos. Mas estamos à espera que passem, em breve, para a classe B, em que os bivalves são apanhados e depois depurados antes de serem comercializados.

CIMEIRA UNE JUNTAS METROPOLITANAS DE LISBOA E PORTO

As direções das Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto reuniram, no final deste ano, no Porto, para analisar a proposta de Lei sobre o Regime Jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais.

Ambas defendem que as áreas metropolitanas “devem ter competências próprias de cariz metropolitano, em áreas como o Desenvolvimento Económico, a Mobilidade e Transportes, o Ordenamento do Território e a Educação, e devem ser dotadas de recursos para exercer essas competências”. Acrescentam que estudos desenvolvidos sobre a matéria atestam que o nível de eficiência e de eficácia, que se prevê com a existência de uma nova instância metropolitana desse tipo, permitiria poupar milhões ao erário público.

Não compreendendo como foi possível determinar o funcionamento e a eleição/nomeação dos órgãos das áreas metropolitanas sem antes serem definidas as suas competências, as duas juntas são unânimes em rejeitar a Proposta de Lei apresentada pelo Governo, no que diz respeito às Entidades Intermunicipais, exigindo que seja retirada da proposta de diploma, pois “só se justifica redefinir a forma de nomeação/eleição dos órgãos depois de definidas as competências próprias das novas autarquias metropolitanas, uma vez que a natureza dos órgãos deve ser consentânea com as suas competências”.

Na cimeira de juntas metropolitanas foram analisados também alguns

dos constrangimentos que se colocam à gestão autárquica.

Quanto ao Estatuto do Pessoal Dirigente, são unânimes em considerar ilegítima a ação do Governo quando pretende imiscuir-se na organização interna do Poder Local. Criticam, igualmente, o critério utilizado para provimento do pessoal dirigente, que dizem não ter “qualquer rigor, uma vez que, por exemplo, nem sequer prevê qualquer ponderação para municípios que não têm serviços externalizados, ou que contratualizaram com o Estado transferência de competências em matérias como a educação”.

Estão de acordo que o Governo defina e imponha regras claras no que respeita ao endividamento das autarquias, “mas não aceitam que defina regras universais e que não têm em conta a atual realidade e diversidade de organização interna de cada município”.

Acrescentam que, nos anos de 2010/ 2011, os Municípios fizeram reestruturações administrativas, seguindo as orientações do DL 305/2009, de 23 de outubro, pelo que não faz sentido nova reestruturação que tem custos diretos e indiretos, afetando a própria eficácia das organizações.

As direções das juntas metropolitanas são unânimes em manifestar o seu “profundo desagrado pela falta de informação relativa à receita fiscal, nos casos em que a liquidação e cobrança dos impostos municipais é assegurada pelos serviços do Estado”. Esta é, de resto, uma antiga

pretensão dos autarcas, nunca satisfeita por sucessivos governos.

São também unânimes em rejeitar a retenção de 5% do IMI para a avaliação geral dos prédios urbanos, sobretudo pela forma como está a ser feita, porque o diploma que a regulou foi publicado e entrou em vigor quando os orçamentos municipais já haviam sido aprovados nos respetivos órgãos deliberativos e estavam em plena execução. Por outro lado, a retenção dessa verba, feita no ato de transferência, leva a que esse valor seja retirado aos orçamentos municipais antes mesmo de o imposto ser recolhido junto dos proprietários dos imóveis.

Por isso defendem que “a verba de 5% não tem qualquer correspondência económica com o valor das despesas realizadas na avaliação geral dos prédios urbanos, uma vez que: i. os Municípios têm participado ativamente neste processo, através da cedência de toda a informação solicitada pelas Finanças, ii. a remuneração dos avaliadores também não justifica estes montantes, iii. ao longo dos anos o Estado tem vindo a reter 2,5% para a liquidação e cobrança de impostos municipais, pelo que não se compreende porque não tem feito as avaliações dos imóveis”. Na reunião foi feita a análise da Proposta de Orçamento de Estado para 2013, tendo as juntas presentes pronunciado-se relativamente à alteração ao Estatuto da Aposentação que a proposta de lei prevê, e à obrigatoriedade de utilização do aumento da receita do IMI na redução de endividamento de médio e longo prazo.

Quanto à alteração ao DL 498/72, de 9 de dezembro - Estatuto da Aposentação - as direções das Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto são unânimes em rejeitar a alteração que prevê que o valor da contribuição, para a CGA, devida pelas autarquias, atualmente fixado em 15%, passe para 20%, “medida que afetará apenas o Poder Local e só contribuirá para depauperar as finanças municipais”.

Acresce que a própria medida de repor um subsídio aos trabalhadores em funções públicas, que será anulado por um agravamento fiscal em sede de IRS, terá como consequências “a manutenção da situação do ano passado, inaceitável para os trabalhadores, a redução da receita para as autarquias e um acréscimo de receita para a Administração Central, uma vez que é a principal beneficiária da receita proveniente do IRS”.

Com estas medidas há uma efetiva redução de receita na Administração Local e uma efetiva subida na Administração Central, pelo que estão longe de ser medidas politicamente sérias e equitativas.

São unânimes em rejeitar a obrigatoriedade de os Municípios utilizarem o aumento da receita do IMI na redução de endividamento de médio e longo prazo, ou, no caso de cumprirem os limites de endividamento líquido, terem a obrigação de fazer um depósito coercivo junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública. Defendem que tal

medida “penaliza de forma absurda quem cumpre, nela não se vislumbrando qualquer princípio lógico, nem qualquer suporte minimamente inteligente na defesa desse tal depósito”.

“Muito embora concordem que os Municípios sobre-endividados tenham de ter um rigoroso programa de redução do endividamento”, consideram abusivo que seja o Governo a definir “a forma como os Municípios devem reduzir a sua dívida”, o que se traduz, em sua opinião, numa absurda ingerência na autonomia do Poder Local.

Todas as conclusões da cimeira de juntas metropolitanas foram transmitidas ao Presidente da República, ao Governo, através do Primeiro-ministro, e aos líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, na expectativa de que sejam tidas em conta as reivindicações dos representantes de cerca de metade da população do País.



Fotos Câmara Municipal do Porto.

REDUÇÃO DE ESTRUTURAS AUTÁRQUICAS E SEUS CARGOS DIRIGENTES E DE APOIO RECEBIDA COM CRÍTICAS E RESISTÊNCIA

O processo de Reforma da Administração Local implementado pelo Governo deu mais um passo, desta vez na área das estruturas e cargos dirigentes e de apoio das câmaras municipais e serviços municipalizados. As primeiras reações sugerem que vai ser tão polémico como o que tratámos no Destaque temático da última edição da *Metrópoles*.

O princípio seguido é muito semelhante. Como no caso da reorganização territorial, as câmaras são classificadas numa grelha de números de população, aplicando-se depois, a cada patamar assim definido, os cargos de pessoal dirigente que podem ser providos.

Segundo a Lei nº 22/2012, é a densidade populacional, medida em milhares de habitantes por Km², e a sua totalidade no território, que definem o nível a que pertence cada município e, portanto, determinam a percentagem de freguesias a reduzir nesse espaço. Agora, com a Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, verifica-se primeiro qual é a “população residente”, a “população em movimento pendular” e a contada nas “dormidas turísticas”, para definir quantos titulares dos cargos de diretor municipal, diretor de departamento municipal e chefe de divisão municipal podem ser providos.

Sobre esta matéria, e no final de uma reunião havida no dia 19 de novembro, as direções das Juntas Metropolitanas de Lisboa e do Porto declararam-se “unânicos em considerar ilegítima a ação do Governo quando pretende imiscuir-se na organização interna do Poder Local, da mesma forma que à Assembleia da República está vedada a possibilidade de intervir na definição da orgânica do Governo. Por outro lado, o critério utilizado para provimento do pessoal dirigente não tem qualquer rigor, uma vez que, por exemplo, nem sequer prevê qualquer ponderação para municípios que não têm serviços externalizados, ou que contratualizaram com o Estado transferência de competências em matérias como a educação”.



Já quando a nossa revista se encontrava em fase de paginação, novos elementos vieram acrescentar peças a um *puzzle* político e administrativo que se torna mais complexo, sobretudo tendo em conta a proximidade das eleições autárquicas. Os dois partidos da coligação que sustenta o Governo apresentaram, na Assembleia da República, a proposta de uma Lei-Quadro que estabelece as atribuições e competências das autarquias locais e o estatuto das Entidades Intermunicipais. Segundo a notícia oficial, resulta deste novo regime a extinção de 673 cargos, o equivalente a 34% do pessoal de apoio político nas autarquias, com uma poupança anual estimada em 12,5 milhões de euros. O ponto em que este processo toca na questão dos cargos dirigentes é o facto de as novas Entidades Intermunicipais (que incluem as Áreas Metropolitanas e as Comunidades Intermunicipais) passarem a ser dirigidas por comissões executivas eleitas de modo indireto, por um colégio eleitoral que se extingue após cumprida esta função, portanto sem representação democrática direta, conferida pela população do território. Volta-se, por este lado, à polémica de saber se isto não desvirtua os fundamentos do Poder

Local Democrático - havendo ainda, entre os críticos, a suspeita de que este processo acabe por ser uma forma de prover continuidade de carreira para autarcas em fim de mandato e sem possibilidade de nova candidatura.

O projeto de lei de reorganização do território das freguesias já fora debatido e votado, nos dias 6 e 7 de dezembro, na Assembleia da República (veio a ser aprovado no dia 21). Algumas centenas de autarcas manifestavam-se no exterior do edifício e aqueles que conseguiram lugar ocuparam a galeria dos visitantes no hemiciclo. O presidente da Associação Nacional de Freguesias, Armando Vieira, defendeu a suspensão da reorganização administrativa territorial que está em curso até à conclusão do processo eleitoral autárquico de 2013.

Pela importância e atualidade destas questões, o Destaque temático da presente edição da *Metrópoles* solicitou entrevistas aos presidentes das Juntas Metropolitanas, de Lisboa e do Porto, bem como depoimentos a presidentes de Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa representando diversas formações políticas. A todos ficamos gratos pela disponibilidade manifestada.

Se esta legislação for para a frente, o Poder Local saído das próximas eleições será diferente, para pior

Carlos Humberto de Carvalho

Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa



Metrópoles - A Lei nº 49/2012 começa, logo no seu Art.º 3º, por definir o que nela se entende por “população”, “população residente”, “população em movimento pendular” e “dormidas turísticas”. O provimento dos cargos dirigentes das autarquias é então autorizado em função do patamar quantitativo que cada autarquia ocupa nesta grelha populacional. Parece-lhe adequada esta abordagem?

Carlos Humberto de Carvalho - Permita-me um enquadramento. Há uma vasta quantidade de legislação que neste momento está a sair, a “mata-cavalos”. Em minha opinião sem a suficiente ponderação e envolvimento dos eleitos, como representantes da população - e isto não vai ser bom para a população e para o desenvolvimento. Reduzem-se trabalhadores, reduzem-se dirigentes, reduzem-se freguesias, querem-se reduzir apoios políticos, chegou a haver legislação a propor reduzir o número de eleitos. A vida das pessoas e das instituições não se resolve apenas com reduções em cima de reduções, com cortes em cima de cortes. É preciso ter uma visão estratégica mais global e é preciso compreendermos uma questão essencial, central em tudo isto: por que é que existe Poder Local? Por que é que

existem autarquias? Só existem porque as pessoas necessitam de resolver problemas. A questão que se coloca é se todas estas reduções põem ou não põem em causa a qualidade de vida das pessoas, o serviço prestado, o serviço público, e eu acho que põem. Relativamente à legislação da redução de dirigentes, como lhe chamamos, não estou de acordo com estas soluções quantitativas. Reparemos: por que é que um município com a mesma dimensão, mas que externalizou serviços (isto é, tem águas e saneamento, por exemplo, numa empresa pública municipal, ou concessionada, ou privatizada), tem o mesmo número de dirigentes que aquelas que têm estes serviços na própria câmara? E quem diz água e saneamento pode dizer outras situações, gestão de equipamentos culturais ou desportivos, da habitação social, etc. Se é apenas o método quantitativo, então também é preciso ponderar estes aspetos. Uma outra nota relativamente às questões quantitativas: por que é que os serviços municipalizados, nas câmaras que os têm, os dirigentes contam, e nas câmaras que têm serviços inter-municipalizados, não contam? É uma outra distorção. Ainda outra nota: há câmaras que têm serviços que vão para além daquilo que a lei determina. Estou a lembrar-me: a Câmara Municipal do Barreiro tem os Transportes Coletivos do Barreiro. É um importante serviço prestado às populações, tem cerca de 200 trabalhadores, com apenas três dirigentes, que obrigatoriamente tem que contar na nova estrutura. Ainda outra questão que é preciso ponderar: normalmente o número de trabalhadores corresponde em muitos casos a maiores ou menores serviços prestados, não é apenas o nível da população. Então também era um elemento, do ponto de vista quantitativo, que eventualmente se justificava ter em conta. Ao optar por uma solução apenas quantitativa, não se pode deixar de ter em conta estes e outros aspetos. Porque não se pode tratar de forma igual questões que são diferentes. Em conclusão, não estou de acordo com esta legislação. Nós vamos prejudicar as populações, porque a câmara vai ficar com menor capacidade de servir as pessoas, de resolver problemas, de criar desenvolvimentos (e para mim é a questão central).

Metrópoles - A quem deveria caber então a definição das eventualmente necessárias reduções de cargos dirigentes, e que outros critérios poderiam ser utilizados?

Carlos Humberto de Carvalho - De alguma forma eu deixei implícitas algumas das soluções. Mas a questão de fundo é que nenhum Poder Central se deve imiscuir naquilo que é a autonomia do Poder Local. Cabe aos eleitos locais (cabe às populações) avaliarem quais são as estruturas que se devem adotar para prestar os serviços. Estou em frontal desacordo que alguém, de cima para baixo, venha impor como é que se gere. Que se diga que a câmara não se pode endividar, ou que tem limites de endividamento, é discutível, mas aceitável. Agora que se diga também como é que se faz, não é aceitável. Nas nossas relações familiares, quando os nossos filhos assumem a maioridade, nós damos-lhes conselhos, não devemos, não podemos impor soluções. Isto é respeitar a autonomia de cada indivíduo ou instituição, é o necessário.

Metrópoles - É verdade que estas medidas, aplicadas deste modo, vão trazer ao Estado uma poupança de recursos significativa - que é o argumento inicial?

Carlos Humberto de Carvalho - Hoje, mesmo quando se têm objetivos políticos, os argumentos que se tornam públicos são as questões de carácter financeiro. Não creio que haja essas poupanças. Até porque, vejamos: reduzem-se os dirigentes, mas os trabalhadores continuam nas câmaras. Não se podem fazer as contas como se estes trabalhadores deixassem de existir, portanto passa-se de vinte para dez dirigentes e poupa-se o salário de dez. Não é verdade, porque as pessoas continuam a trabalhar, ficam na câmara, não são despedidas (felizmente); a generalidade dos dirigentes são trabalhadores do quadro/mapa da câmara. Tem que se ver qual é o salário com que estes trabalhadores ficam; portanto, as contas têm que ser feitas na diferença salarial que as pessoas que deixam de ser dirigentes, depois, passam a ter. E em muitos casos terão que se fazer contas mais finas, se se quer uma discussão séria

sobre essa matéria, temos que saber qual é o posicionamento na carreira dessas pessoas, (atuais dirigentes que deixarão de o ser, na nova estrutura). Vai chegar-se à conclusão que uma parte importante deles já estão no topo da carreira, portanto já ganham tanto como dirigentes do que ganhariam se não o fossem. Normalmente chegam a dirigentes as pessoas que já têm alguns anos de administração pública, a maioria deles estão do meio da carreira para cima. A poupança será pouco significativa. Além de que não se podem analisar estas coisas apenas na questão da poupança, mas não creio que haja poupanças significativas.

Metrópoles - Nesta outra lei, cuja proposta foi recentemente discutida na Assembleia da República, o Art.º 42 vai aplicar também critérios populacionais à redução do pessoal nos gabinetes de apoio aos presidentes.



Carlos Humberto de Carvalho – Exatamente. Era aquilo que eu dizia no meu enquadramento: reduzem-se dirigentes, reduzem-se trabalhadores, reduzem-se apoios políticos, reduzem-se freguesias e querem-se reduzir eleitos. A Lei Eleitoral que chegou a ser apresentada - depois houve um recuo - também propunha a redução do número de eleitos. Mas esta Lei das Atribuições e Competências das Autarquias, que foi discutida na Assembleia da República e votada na generalidade, aponta de facto no sentido de se reduzirem os apoios políticos, não apenas ao presidente, mas também aos vereadores. Porque cada vereador tinha um secretário e deixa de ter; passa a haver um gabinete de apoio aos vereadores com um número de trabalhadores mais reduzido. Não só ao nível dos presidentes, mas ao nível dos eleitos, em geral, é reduzido o apoio político.

Metrópoles - As contenções de despesa foram propostas primeiro no Documento Verde, depois foram consubstanciadas no Orçamento de Estado, a seguir veio a reorganização administrativa territorial das autarquias e agora vem esta reforma do estatuto do pessoal dirigente. Esta sequência legislativa pode ser de facto considerada um ataque ao Poder Local, como estão a dizer muitos autarcas - e não só dos partidos da oposição?

Carlos Humberto de Carvalho - E há outras leis ainda, estou a lembrar-me da Lei do Sector Empresarial Local, da Lei de Finanças Locais que está anunciado apresentar até ao fim do ano, e que sei que está a ser preparada: acho que é um ataque ao Poder Local.

E estou convencidíssimo de que o Poder Local saído das próximas eleições autárquicas, se esta legislação for para a frente, é um Poder Local diferente. É um Poder Local de não fazer, de não executar, será um Poder Local fundamentalmente regulador. Não me parece que isso seja bom. Será um Poder Local que prestará menos serviços públicos às populações, que não terá condições para, em momentos mais difíceis, mais agudos, como aqueles que vivemos, ser uma porta de solidariedade, de apoio à resolução de problemas. Será um Poder Local diferente do atual, para pior. Procura-se empurrar o Poder Local para uma estrutura, como digo, reguladora, de não fazer e, pelo contrário, que alguns dos serviços públicos sejam concessionados ou privatizados. Será um Poder Local diferente daquele que hoje temos, e diferente daquele que saiu da Revolução do 25 de abril. Claramente, é um ataque ao Poder Local!

Metrópoles - Nesta proposta de lei-quadro debatida e aprovada na Assembleia, a figura nova que aparece passa a chamar-se Entidades Intermunicipais, e dentro desta designação podem caber tanto as Comunidades Intermunicipais já existentes como as duas Áreas Metropolitanas. Qual é o comentário possível neste momento?

Carlos Humberto de Carvalho - Nós tivemos oportunidade de discutir esse assunto na Área Metropolitana, entre Municípios, e fizemos também uma reunião com a Junta Metropolitana do Porto, da qual saiu uma tomada de posição conjunta.

Na nossa apreciação, a nível da Junta Metropolitana, esta é uma solução que não é solução, que não resolve nenhum dos principais problemas estruturais que a Área Metropolitana tem. Temos competências que não são as adequadas, não temos os meios adequados a uma área que tem cerca de um terço, um quarto da população do País. Somos uma Área Metropolitana que não tem competências, não tem meios e não tem eleitos diretamente pelas populações.

Esta legislação, no que diz respeito às Áreas Metropolitanas, é mais do mesmo. Mais do mesmo e com tendências a piorar. Há soluções que são piores do que as atuais. Por exemplo: a não existência de uma Assembleia Metropolitana, a transformação dos Presidentes de Câmara em órgão deliberativo da Área Metropolitana, o facto de a chamada Comissão Executiva ser eleita por um Colégio Eleitoral e não pelas Assembleias Municipais. Colégio Eleitoral que “se extinguirá na sequência da eleição da Comissão”.

Se lermos atentamente esta Lei em discussão, não permite a existência de listas – é uma lista única para essa eleição. Num regime democrático, por mais argumentos que se encontrem, não é aceitável que se proíba a existência de alternativas. Mesmo admitindo que a intenção é positiva e cheia de boa vontade. A questão central é que não se permite a alternativa democrática.

Além de outras questões centrais, que a Lei não diz, porque é uma Lei-Quadro (portanto, as competências vão ser decididas depois mais à frente) mas, se é assim, como é possível chegar ao pormenor de se querer, para declarar um edifício insalubre, que as Câmaras Municipais tenham que ouvir a Comissão Executiva da Junta Metropolitana? Não é aceitável. As Câmaras, para tomarem decisões sobre essas matérias, têm de consultar a Junta? Isto é feito com pouco bom senso...

Metrópoles - Ainda na proposta de que falamos, logo no princípio é dito que se pretende melhorar a coesão nacional e a competitividade territorial: as duas coisas não podem tornar-se contraditórias? A competitividade que beneficia um território não será sempre feita à custa do prejuízo daquele que fica ao lado?

Carlos Humberto de Carvalho - Sim, parece-me que essa questão está lá levantada. Mas, relativamente à Junta Metropolitana, mais do que em competitividade territorial entre municípios, ou regiões portuguesas, onde nós tínhamos de nos posicionar era na competitividade territorial não interna, não nacional - não é para sermos mais importantes do que a região do Alentejo, ou do Porto, mas para ganharmos dimensão e escala ao nível da Europa. Isso é que necessitamos. Mas para isso era preciso tomarmos medidas, entre as quais a criação de uma entidade administrativa que podia ser a Junta Metropolitana, com competências e meios para assumir esse papel. E era preciso constituir um conjunto de investimentos como os que estavam previstos - o novo aeroporto e a terceira travessia, entre outros, eram elementos importantes para que a Área Metropolitana pudesse assumir esse papel internacional, essa tal competitividade.

A questão é esta, aprofundando um pouco mais: Portugal assume-se, ou diz-se assumir, como a porta atlântica da Europa. Claramente, a região mais importante de Portugal é Lisboa, por razões que todos conhecemos, não é uma questão de nos por-mos em bicos de pés, é o que os números determinam. E nós precisávamos que essa região da Área Metropolitana de Lisboa se assumisse como um dos motores do País. Para isso, e para associar à outra ideia de porta atlântica da Europa, ninguém entra em casa para depois não ter corredores para chegar à outra ponta da casa...

Essa é a questão: como é que Portugal se pode assumir como porta atlântica da Europa se depois as vias de comunicação fundamentais hoje em dia, aeroportuárias, alta velocidade, e a via marítima, estão subdimensionadas? Não é possível, é uma contradição insanável. Não é só termos esta

posição geográfica, é preciso aproveitar a posição geográfica para atingir outros objetivos, os tais objetivos da porta atlântica da Europa. Isto a propósito da competitividade. Sim, Lisboa pode e deve ter um papel de competitividade, não com o vizinho do lado, mas do ponto de vista internacional e europeu.

Metrópoles - Esta Lei-Quadro que foi agora debatida e aprovada na generalidade entra em vigor “no dia seguinte ao da realização das eleições gerais para os órgãos das autarquias locais imediatamente subsequentes à sua publicação”; portanto, é para depois de outubro do ano que vem. A campanha eleitoral que vai ser feita pelos autarcas, ou pelos candidatos a autarcas de agora, vai realizar-se num mapa que deixa de existir a partir de outubro?

Carlos Humberto de Carvalho - Os autarcas vão ser candidatos para aplicar essa nova Lei. A Lei não altera os órgãos, no caso das Câmaras e das Assembleias Municipais; e não permite a eleição direta para as Áreas Metropolitanas nem para as Comunidades Intermunicipais. Só que as competências propostas e o funcionamento dos órgãos serão distintos; mas “até ao lavar dos cestos é vindima”, se a legislação for aplicada as competências serão distintas, os apoios políticos serão distintos, as próprias freguesias serão reduzidas mas, quando se candidatar, já sabem que é para aplicar uma nova legislação.

Metrópoles - Mas isso é vago, porque a nova Lei pode supor alterações de mapa...

Carlos Humberto de Carvalho - Pois... Não de mapa dos concelhos, que isso a Lei “ainda” não prevê, mas de mapa das freguesias; quanto a estas, já só haverá eleições para as novas freguesias.

Metrópoles - Tem algum comentário que de-seje acrescentar, com que queira concluir?

Carlos Humberto de Carvalho - Talvez esta ideia: acho que estamos a sofrer a maior ofensiva de sempre contra o Poder Local, o



que conhecemos, o Poder Local Democrático. Este é um conjunto de legislação que visa atingir objetivos claros, que estavam expressos no Livro Verde e que eu sistematizei com esta ideia de autarquias que não fazem, mas que regulamentam, com tudo o que isto tem de consequências para o serviço público, para a vida das pessoas, para o desenvolvimento das freguesias e dos concelhos. E é verdade que a nossa capacidade de intervir, de refletir, de convencer, de resistir, de lutar, de fazer coisas, também fica mais limitada. No entanto, desculpem-me a expressão, não é tempo de “arrumar as botas”. É tempo de intervir e de defender aquilo que cada um considera ajustado de acordo com as suas conceções de vida. Por mim, sou um defensor de um Poder Local democrático, plural, autónomo, responsável, concretizador. Um Poder Local ao serviço das populações.

Tem havido uma interferência excessiva do Poder Central mas tem de ser levado a cabo com mão de ferro o controlo do endividamento

Rui Rio

Presidente da Junta Metropolitana do Porto

Metrópoles - A Lei nº 49/2012 começa, logo no seu Art.º 3º, por definir o que nela se entende por “população”, “população residente”, “população em movimento pendular” e “dormidas turísticas”. O provimento dos cargos dirigentes das autarquias é então autorizado em função do patamar quantitativo que cada autarquia ocupa nesta grelha populacional. Parece-lhe adequada esta abordagem?

Rui Rio - Acho que a lei deve estabelecer alguns limites máximos em função da dimensão das autarquias. Esses limites devem, no entanto, ter uma grande amplitude, já que cada Câmara tem as suas especificidades e, acima de tudo, os seus executivos, livremente eleitos pelas populações, devem também poder organizar os seus serviços da forma como melhor entenderem.

Metrópoles - É verdade que estas medidas, aplicadas deste modo, vão trazer ao Estado uma poupança de recursos significativa?

Rui Rio - No que concerne especificamente às Câmaras, tal não me parece possível, já

que a maior parte dos seus dirigentes são, eles próprios, funcionários da autarquia. No caso do Porto, a alteração que a lei nos obrigou a fazer, não só produziu uma pior macro-estrutura, como até provocou um pequeno aumento de despesa.

Metrópoles - As contenções de despesa propostas no Documento Verde e depois consubstanciadas no Orçamento de Estado para 2012, logo a seguir a reorganização administrativa das autarquias pela Lei nº 22/2012 e agora esta reforma do estatuto do pessoal dirigente podem de facto, como dizem muitos autarcas, ser consideradas uma ofensiva ao Poder Local democrático?

Rui Rio - Tem havido efetivamente uma interferência excessiva do Poder Central, muitas das vezes com notórias carências ao nível do conhecimento da realidade. Se a competência fosse maior, as coisas seriam, seguramente, feitas de modo diferente. De qualquer forma, o que eu entendo como muito importante é o controlo do endividamento das autarquias por parte do Poder Central.

Esse aspeto devia ser levado a cabo com mão de ferro, porque pode efetivamente prejudicar o Estado como um todo. Há Câmaras com níveis de endividamento inaceitáveis. No resto, as autarquias devem ter uma margem alargada de ação.

Metrópoles - E que dizer da nova lei-quadro em debate parlamentar desde 12 de dezembro, e das novas entidades obtidas por agregação de municípios? Em que é que ela se propõe alterar o modelo proposto até agora, nos documentos legais atrás referidos - e com que vantagens?

Rui Rio - No caso da Junta Metropolitana do Porto, a experiência foi francamente má. Encomendámos um estudo à Faculdade de Economia do Porto, formámos um grupo de trabalho conjunto com o Governo e terminámos o trabalho; um dia, lemos no jornal que, afinal, sem nos dizer nada, esse mesmo Governo tinha uma proposta concreta já aprovada. Independentemente do conteúdo dessa proposta, que a JMP também contesta, é lamentável que assim seja.



Uma imposição de medidas que são atentados ao Poder Local Democrático

Maria das Dores Meira

Presidente da Câmara Municipal de Setúbal



A generalização da ideia de que as autarquias são um dos maiores centros de “despesismo” do País é uma das mais perigosas e prejudiciais argumentações nascidas nestes tempos de crise financeira, económica e social.

Bodes expiatórios de muito do que correu mal na administração do Estado nas últimas

décadas, as câmaras municipais, associadas à imagem negativa de que sempre padeceu uma administração pública que, no passado, foi ineficaz, desqualificada e pouco eficiente, mas é hoje um exemplo de modernização, de qualidade e de desenvolvimento, são um alvo em que é fácil acertar. Um alvo com o qual o atual Governo tem praticado,

sistematicamente, o seu tiro, mesmo se, para afinar a pontaria, tenha de enfraquecer o edifício autárquico laboriosamente construído ao longo de quase quatro décadas de Poder Local democrático. O edifício que é, aliás, uma das melhores e mais eficazes construções da democracia nascida em abril de 1974.

As câmaras municipais foram, sem qualquer dúvida, nos tempos de democracia, as principais responsáveis pela criação de mais e melhores condições de vida para a esmagadora maioria das populações de todo o País. São, em muitos casos, a única barreira entre a desertificação definitiva de vastos territórios e a sua ocupação e desenvolvimento.

Para conseguirem ser agentes de desenvolvimento e de bem-estar das populações, dotaram-se, obrigatória e naturalmente, de meios técnicos e recursos humanos indispensáveis à concretização das competências, sempre a crescer, que lhes estão atribuídas. Foi assim que reforçaram o seu papel de principais agentes de promoção de desenvolvimento e de promoção da cultura e do desporto; o seu papel de planeadoras do território, de definidoras de estratégias de crescimento, de formas de diferenciação e de valorização de potencialidades várias. As autarquias continuam hoje a ter esse papel insubstituível de promotoras de desenvolvimento, de riqueza. Impor obstáculos a este trabalho significa, na prática, impor obstáculos ao desenvolvimento do País, à criação de mais e melhor riqueza, de mais e melhor crescimento sustentado.

É neste contexto que deve ser analisada a limitação do número de cargos dirigentes imposta pelo Governo em agosto passado, por via da Lei nº 49/2012, que procede à adaptação do estatuto de pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

A imposição de limites apertados ao número de dirigentes da administração local e a introdução de critérios para a sua nomeação baseados exclusivamente na população do concelho e no número de dormidas turísticas introduz sérias distorções nas estruturas orgânicas das autarquias, retirando-lhes capacidades e eficácia.

Além de não se entender a relevância do critério das dormidas turísticas, que apenas beneficiará um pequeno número de autarquias e prejudicará todas as outras, não se pode também aceitar que a lei determine a indexação do número de dirigentes à população do concelho, quando se sabe que esse critério não é, nem pode ser, o único fator determinante das características de uma dada estrutura orgânica municipal.

O afunilamento de competências nos poucos dirigentes que vão restar provocará, obrigatoriamente, importantes deficiências na prestação dos serviços públicos atribuídos às autarquias, uma degradação que apenas pode interessar a quem quer, a qualquer custo, denegrir o Poder Local e, com base na degradação da qualidade desses serviços, retirá-los da esfera pública para os entregar a privados. A multiplicidade de competências, de saberes, de capacidades técnicas que requer a governação de uma câmara municipal não se compadece com a definição de critérios tão vagos quanto cegos para a nomeação dos técnicos que vão dirigir os serviços que desempenham tais competências. Não é crível que o legislador acredite que seja

possível governar uma câmara municipal, como a de Setúbal, por exemplo, com uma estrutura minimizada, mas com a manutenção dos mesmos problemas, das mesmas necessidades.

Sendo absurda do ponto de vista prático, esta imposição nem sequer gera poupanças significativas no contexto global das finanças municipais. Na verdade, a extinção de um cargo dirigente não equivale à extinção de um posto de trabalho, o que significa que as poupanças financeiras serão marginais, mas os custos de gestão dos municípios, esses serão maximizados graças aos problemas que a falta de chefias efetivas em serviços essenciais vai gerar.

O atual Governo, ao manter este e outros atentados à autonomia das autarquias, será o responsável pela destruição da capacidade municipal de servir as populações, de fazer mais e melhor Portugal, conquistada ao longo de 36 anos de Poder Local Democrático.

As autarquias, no quadro desta legalidade imposta, têm o dever de encontrar soluções que impeçam esta destruição. Temos a obrigação de, enquanto autarcas, procurar os meios que garantam a manutenção da qualidade dos serviços públicos que prestamos. Soluções que garantam que o que é público continue a ser público, continue a ser de todos e não caia na lógica trituradora da privatização, da geração de lucros com serviços essenciais.

Só assim seremos capazes de assegurar a qualidade deste Poder Local que construímos e que queremos continuar a construir.

Com esta redução de estruturas a poupança é insignificante mas há um claro retrocesso no funcionamento dos serviços

Joaquim Moreira Raposo
Presidente da Câmara Municipal da Amadora



A redução das estruturas dos municípios imposta pelo Governo sob a égide da diminuição da despesa pública, bem como a alteração do regime jurídico das autarquias locais, demonstra o evidente desnorte e desrespeito com que o Governo de coligação PSD-CDS tem fustigado o municipalismo e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. A lei n.º 49/2012, que obriga à revisão das estruturas municipais, não passa de uma forma escamoteada de propaganda política, com efeitos práticos e financeiros quase nulos. Uma imposição legal que obriga indiscriminadamente os municípios à revisão da sua orgânica municipal segundo novos critérios e que não passa de uma pequena gota de água na resolução dos problemas que o País atualmente atravessa.

Na Amadora, e em grande parte dos municípios portugueses, não vai haver uma grande redução da despesa pública com a reestruturação da macroestrutura dos serviços municipais, já que a maioria dos dirigentes desta Câmara Municipal pertence aos quadros da autarquia ou da Administração Central, sendo que muitos deles até auferem rendimentos inferiores aos que obteriam no

seu escalão profissional. Não se tratando de novas admissões e não havendo redução de postos de trabalho, a poupança apregoada pelo Governo é insignificante.

Esta e outras imposições põem ainda em causa a autonomia do poder autárquico. Cada Câmara Municipal deveria ser detentora de instrumentos para a gestão do seu território. Não se pode aplicar uma lei a regra e esquadro, esquecendo as características de cada autarquia.

O mesmo se aplica na redução dos membros de apoio aos executivos, com o Governo a impor reduções após definir escalões de autarquias de acordo com o número de habitantes. O Município da Amadora, com cerca de 180 mil habitantes distribuídos por pouco mais de 23 quilómetros quadrados, está sujeito aos cortes impostos a autarquias com mais de 100 mil eleitores. Esta é a minha primeira discordância, já que deveria haver um escalão para municípios com mais de 150 mil eleitores, atendendo às especificidades do território e aos instrumentos de apoio à população. São câmaras municipais que estão permanentemente em funcionamento e que cada vez mais têm de apoiar as famílias. O novo regime jurídico das autarquias locais impõe, no caso da Amadora, que os gabinetes de apoio aos vereadores sejam reduzidos a um só gabinete constituído por dois adjuntos e três secretários. Como é possível criar um só gabinete em autarquias, como por exemplo a da Amadora, em que os vereadores estão espalhados por vários edifícios municipais? E nas câmaras municipais em que há necessidade de compor executivos de diversas forças políticas?

E como é que os vereadores da oposição agilizarão a sua atuação e funcionamento sem gabinete, ainda que, como permite a lei, o presidente da câmara municipal tenha de disponibilizar a todos os vereadores os recursos físicos, materiais e humanos necessários ao exercício do respetivo mandato, devendo para o efeito recorrer preferencialmente aos serviços do município? Não se percebe como, sendo cargos de confiança política, se possa recrutar, sem mais, junto

dos serviços do município os recursos indispensáveis ao funcionamento deste gabinete. E, recrutando esses recursos, como é que se colmatarão os mesmos junto dos serviços donde foram recrutados, tendo em conta a imposição legal resultante do Memorando da Troika, da diminuição dos quadros de pessoal das autarquias locais?

A meu ver, a haver uma redução de despesa nos gabinetes de apoio aos membros do executivo, ela poderia passar pela imposição de 50% desses membros terem vínculo à a

ministração pública, diminuindo assim as nomeações externas para estes cargos de extrema importância em autarquias onde é preciso uma dinâmica de gestão diária para melhor servir os cidadãos.

O aumento genérico de competências sem o respetivo reforço financeiro dos municípios e o estrangulamento na gestão das funções executivas das autarquias, assinalado pela diminuição de recursos ao serviço dos executivos municipais, representa um claro retrocesso no funcionamento destes.



A reorganização dos serviços é importante e necessária mas podem ser aperfeiçoados os critérios de redução

Fernando Seara

Presidente da Câmara Municipal de Sintra



O tema que nos é proposto não é um tema fácil, como o têm demonstrado os inúmeros debates e reflexões que se têm realizado um pouco por todo o País, com a maioria dos Autarcas a insurgirem-se contra aquilo que consideram ser um atentado à autonomia do Poder Local e uma intolerável ingerência do Governo na gestão municipal.

É, aliás, um tema propício ao discurso apaixonado, inflamado, alimentado pela ideia de que a gestão municipal só aos Autarcas respeita e que só aos Autarcas é legítimo (com a legitimidade democrática que o voto dos eleitores lhes conferiu) decidir se, em que momento e em que termos, devem as estruturas municipais ser alteradas e se devem, ou não, ser objeto de redução.

Num contexto de boa saúde financeira e económica, municipal e nacional, não poderia estar mais de acordo com os apaixonados e acérrimos defensores desta tese. O problema é que o País e muitos municípios não estão de boa saúde, bem pelo contrário: há debilidades económicas e financeiras graves, municípios em rutura financeira e outros em gravíssima situação de desequilíbrio; o problema é que bons gestores não ficam sequer à espera de uma lei que lhes imponha medidas de contenção que a conjuntura financeira e económica deveria, por si só, ditar; o problema é que, a pretexto

do debate, quase filosófico, sobre a Autonomia do Poder Local, se resiste à mudança. É verdade, no entanto, que a mudança no sentido da racionalização dos custos de funcionamento dos municípios poderia passar pela adoção de outras medidas que não a redução de estruturas e cargos dirigentes, porventura com maior eficácia e mais ajustadas à especificidade de cada município (o que caberia a cada autarca ajuizar e decidir). Só que dificilmente o País compreenderia que a Administração Local se colocasse à margem de um esforço de contenção e de reorganização de serviços públicos.

É que, independentemente da bondade dos critérios de redução das estruturas e cargos dirigentes, será inquestionável, para todos, que as atuais circunstâncias nacionais exigem um esforço de contenção e de redução das orgânicas existentes, ganhando em economia de escala o que antes se perdeu em subdivisões de serviços e estruturas.

A redução do número de cargos dirigentes na Administração é apenas uma das vertentes da reorganização administrativa, já iniciada na Administração Central, com a aplicação do PREMAC. Não é razoável que idêntico exercício e esforço de reorganização não sejam realizados na Administração Local.

Quanto aos critérios presentes na Lei nº 49/2012, de 29 de agosto: já tive oportunidade de manifestar, em diversos debates e fóruns de discussão sobre a reorganização das estruturas municipais, a minha preocupação pela falta de clareza dos critérios adotados, dependentes de apuramentos estatísticos censitários definitivos (relembro que contestei, em devido tempo, alguns números dos Censos 2011 referentes à

realidade do Município Sintrense); alguns deles ainda não foram, até ao momento, sequer disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística e cuja complexidade dificultará todo o processo de execução material do processo de reorganização dos serviços. Também partilho da preocupação expressa por alguns Autarcas quanto às fragilidades que podem resultar, para alguns municípios, da redução abrupta que eventualmente decorra da aplicação dos referidos critérios de redução nalguns municípios do País.

Mas não posso deixar de acolher, em nome dos compromissos europeus que em tempos se assumiram e em nome da estabilidade financeira que todos os municípios precisam desesperadamente de alcançar para que continuem a ser suportes e garantes de estabilidade social, local e nacional, os princípios e valores que estão subjacentes ao processo de reorganização dos serviços, da Administração Central e também da Administração Local. Em suma, os princípios e valores de reorganização administrativa dos serviços públicos, no caminho da maior eficácia e eficiência, incluindo a concomitante reestruturação.

Tal não significa que não perfilhe, do mesmo passo, um aperfeiçoamento dos critérios de redução.

Uma última nota: o problema da Administração Pública não pode centrar-se, exclusivamente, nas estruturas, dirigentes e em lógicas de redução puramente economicistas. Os serviços públicos continuam a ser diariamente confrontados com uma burocracia interminável, decorrente de leis cada vez mais complexas e, logo, uma burocracia anquilosante. E subordinada a processos de avaliação e de responsabilidade, incluindo

do responsabilidade financeira pessoal, bem perturbantes.

E é aqui que reside o grande desafio: a Administração Pública no seu todo e a Administração Local, em particular, necessitam de uma reforma profunda, que torne os serviços públicos mais ágeis, mais eficazes, mais próximos das populações e tudo isto, com o menor custo possível. E com menos desconfianças “centrais” em relação ao “local”.

Não é uma qualquer reestruturação de serviços que acrescentará ou diminuirá alguma coisa de relevante à reforma, a essa “Reforma” (que é acima de tudo, uma “reforma de mentalidades”) que é necessário realizar; mas a sua concretização tem, só por si, a virtude de dar aos outros, e ao País, o sinal inequívoco que a Administração Local, os Municípios e os seus Autarcas, partilham do esforço de reorganização, de reforma, de redimensionamento dos serviços, que se impõe, em função da manifesta diminuição de recursos financeiros e humanos com que estamos confrontados.

Ninguém compreende que, com metas de redução de efetivos já determinada pela insuficiência de recursos financeiros, se mantenham as estruturas organizativas inalteradas, outrora dimensionadas em função de uma realidade que já não existe.

Entendo que a reorganização administrativa dos serviços municipais, envolvendo a redução dos cargos dirigentes deve ser levada a efeito. Mas não podemos ficar por aí. O País exige que se prossiga no caminho da modernidade e, para isso, precisamos de sacudir, de vez, o pó da burocracia, da complexidade e morosidade na ação, do distanciamento da realidade e das populações. E de “leis” pensadas “de cima” e sem a cautela necessária à política contemporânea: “prever para prover”!

É absurdo fazer crer que os malefícios da economia vêm dos municípios e freguesias

Isaltino Morais

Presidente da Câmara Municipal de Oeiras



Ao longo de trinta anos como autarca, foram diversas as alterações legislativas a que assisti, tendo os últimos anos sido caracterizados por um sófrego espírito reformista, de permanente mutação legislativa, com sucessivas alterações, nem sempre claras, nem sempre simples, nem sempre precisas e ajustadas à realidade a que se dirigem.

Fruto de crises ou não, a autonomia do Poder Local, apanágio do sistema administrativo português, tem vindo a ser o alvo preferido deste Governo, olvidando-se, claro está, que o Poder Local visa acima de tudo a prossecução dos interesses comuns da população e que a aplicação de medidas desajustadas terá como consequência direta o retrocesso nos níveis de qualidade do serviço público a que habituámos os nossos municípios.

Não somos “velhos do Restelo”, adversos às reformas! As reformas são necessárias! Porém, repudiamos as apelidadas reformas desprovidas de conexão com a realidade portuguesa, que colocam em causa valores

humanos, sociais e políticos, única e exclusivamente imbuídas, ou antes travestidas, do espírito de contenção da despesa!

Incute-se na opinião pública a ideia de que o decréscimo da despesa pública será alcançado com a redução dos encargos de funcionamento da administração; as urdidias “gorduras” do aparelho do Estado são o alvo privilegiado, sendo bem patente o desnorte quanto à identificação dessas gorduras, publicando-se leis que supostamente reduzirão a despesa pública, mas que na realidade não terão qualquer implicação significativa nesse domínio; terão, isso sim, sérias implicações ao nível da eficácia na prossecução dos objetivos e no funcionamento das autarquias locais.

Aos municípios serão exigidos, nos próximos anos, desafios exacerbados de gestão interna, com a imposta redução de efetivos, de pessoal dirigente, de autarcas e membros de gabinetes.

O diploma que consagra a adaptação do estatuto de pessoal dirigente às autarquias locais, do qual resultará uma redução de 25% dos dirigentes do Município de Oeiras - uma vez que se encontra em curso a constituição dos serviços intermunicipalizados de Oeiras e Amadora sob pena de, não o fazendo, a redução ser de 46% dos dirigentes do Município de Oeiras e dos SMAS - demonstra um total desconhecimento e desadequação dos projetos legislativos à realidade e às necessidades funcionais das autarquias.

Arrebatam aos autarcas o poder de conduzir os desígnios municipais, de organizar os serviços adequando-os às exigências de desenvolvimento de cada território, não entrando em linha de conta com as reais e prementes necessidades dos seus municípios mas, ao invés, aplicando critérios de “régua e esquadro”, consubstanciados em dados estatísticos genéricos, em nada con-

tribuirá para a prestação de mais e melhor serviço público. Com efeito, a utilização de critérios de natureza discutível, assentes em fatores populacionais e dormidas características, certamente aproveitarão a poucas autarquias, resultando da aplicação da lei uma incompreensível diferenciação entre municípios.

Ademais, municípios como o de Oeiras, autossuficientes, que não dependem do financiamento do Orçamento de Estado e da Administração Central, não tendo qualquer participação no Fundo de Coesão Municipal e que, ainda assim, sempre geriram os seus recursos humanos de forma a manter os encargos muito abaixo dos limites legalmente impostos, não podem aceitar, nem tão pouco compreender que lhes seja coartada a liberdade de atuação e decisão ao nível da composição das suas estruturas orgânicas e dos recursos humanos necessários ao cumprimento dos objetivos a que se propõem.

De facto, a autossuficiência financeira logrou-se com apostas fortes no desenvolvimento de parques tecnológicos, na criação de uma rede escolar exemplar, no desenvolvimento urbanístico organizado e planeado, na criação de infraestruturas desportivas e culturais, feitos que não alcançaríamos se aos nossos desígnios não afetássemos os recursos indispensáveis. Vivemos uma verdadeira «caça às bruxas», fazendo do Poder Local o bode expiatório da despesa pública quando, a bem da verdade, não se descortina em que medida a limitação aos cargos dirigentes e membros de gabinetes resultará no substancial decréscimo da despesa pública, uma vez que a grande maioria são trabalhadores públicos e, conseqüentemente, finda a comissão de serviço, por força das imposições legais regressarão às suas categorias de origem,

subsistindo o encargo com as respetivas remunerações.

O mesmo se dirá da redução dos eleitos locais! Qual a redução significativa em termos de despesa? Em que é que contribuirá para mais e melhor serviço público?

Oeiras é amada, e ama os seus. Deixou de ser um local de passagem e tornou-se um concelho onde se gosta de morar, exímio para estudar, para trabalhar e para viver.

O desenvolvimento e o sucesso alcançado são fruto de um árduo trabalho da equipa que compõe Oeiras, de uma estrutura orgânica pensada nos objetivos que nos propomos atingir e nos projetos que concretizamos.

A desmotivação geral sentida e manifestada pelos que se dedicam à causa pública, em resultado das sucessivas reduções salariais, congelamento de alterações salariais, de promoções e de concursos para categorias superiores e, ainda, da diminuição abrupta do pagamento de trabalho extraordinário, será um flagelo largamente devastador para a eficiência dos serviços, ao passo que essas mesmas medidas, impostas sob a égide da diminuição do défice público, se revelarão goradas e em nada contribuirão para a almejada saúde financeira do Estado.

Não há, nem poderá haver, melhor e mais serviço público com políticas demolidoras do Poder Local.

Fazer crer que os malefícios da nossa economia são os municípios, as freguesias, os trabalhadores que exercem funções públicas, cuja carga financeira, no caso dos trabalhadores autárquicos, é inteiramente suportada com as receitas próprias do Poder Local, é absurdo!

Aos autarcas cabe a árdua tarefa de, nesta conjuntura, não desiludir os que beneficiam dos desideratos da causa pública.

A PESCAR EM VÁRIAS ÁGUAS

Há uma marca nacional de material de pesca desportiva a conquistar o mercado internacional. A Vega está já presente em nove países e prepara-se para avançar para a América do Sul

Fundaram a Mundi náutica em 1982 para trabalhar com uma marca que ninguém conhecia e desenvolver quota de mercado. Quando Jorge Mourinho e João Martins decidiram criar uma referência própria de artigos de pesca desportiva chamaram-lhes loucos e pouco inteligentes. Jorge Mourinho trabalhava como vendedor na Canha & Macedo, casa que distribuía artigos de pesca da marca alemã DAM. Foi há mais de 30 anos que deu os primeiros passos como vendedor nessa empresa. Com o tempo verificou que essa casa não tinha produtos adequados às necessidades do mercado português. Na altura questionou a empresa sobre a vantagem de lançar, no mercado, uma referência própria, mais adaptada às necessidades do pescador nacional. Mas a gerência preferiu continuar a representar a marca alemã. Nos anos 80, o paradigma das empresas era terem representações, com a ideia de que quanto melhor elas fossem mais atrativo seria o negócio. No que respeita ao sector da pesca desportiva, o mercado era dominado por marcas alemãs, francesas, norte-americanas, etc. Mas os portugueses neste sector não estavam atentos à realidade. A adesão à União Europeia aproximava-se e, com ela, a livre circulação de mercadorias e a abertura de novos mercados. Naturalmente, muitas das marcas internacionais deixariam de ter representantes, para passarem a estar diretamente ativas no mercado nacional. Era chegada a altura de criar uma marca própria.

A vontade de fundar um projeto com marcas próprias levou Jorge Mourinho a sair da empresa. Convidou o cunhado, João Martins, na altura diretor financeiro da Danzas Transportes Internacionais, para o projeto. Estava dado um dos primeiros passos para o nascimento da Mundi náutica no início dos anos 80.



Jorge Mourinho e João Martins

A entrada dos produtos no mercado foi feita pelo preço. Era uma estratégia necessária para competir com as marcas internacionais implantadas em Portugal. A qualidade dos produtos era a mesma, uma vez que eram e ainda são fabricados nas mesmas unidades industriais. “Nós passámos a comprar nos mesmos sítios e a apresentar às lojas um produto um pouco mais barato, que lhes permitia ganhar mais dinheiro”, diz Jorge Mourinho. “Foi essa a grande diferença. Demos margens superiores às lojas, com produtos de qualidade semelhante à das marcas já implantadas”, acrescenta João Martins.

A Mundi náutica comercializa e distribui hoje em Portugal, e em vários mercados, as marcas Vega e Nava, as suas duas referências. Para além destas, representa outras que completam o seu mix de produtos relacionados com a pesca e atividades subaquáticas. A Vega inclui canas, carretos e restantes acessórios para o universo da pesca. A Nava abrange todos os equipamentos de neoprene, como fatos, meias e botas e também barbatanas, óculos e tubos. O *design* e tecnologia dos produtos são concebidos internamente na Mundi náutica. Mas a sua fabricação é feita em unidades industriais de países como a China, Taiwan e Coreia.

Hoje em dia, num mercado global em que os clientes querem mais produto e melhor serviço ao preço mais baixo possível, as produções têm de estar concentradas para se conseguir obter economias de escala. É o que fazem as empresas concorrentes da Mundi náutica, que têm um modelo de produção igual a esta empresa nacional. Desenvolvem os produtos, mas a sua fabricação é subcontratada no exterior. Para produzir são necessários grandes investimentos estruturais em edifícios, maquinaria, pessoas e também em investigação e desenvolvimento que permita a inovação. “Só conseguem ser rentabilizados atualmente com produções em escala”, defende João Martins. É essa a razão porque a Mundi náutica e a generalidade das marcas internacionais produzem nos mesmos locais. O que diferencia cada uma das empresas é essencialmente a sua capacidade de intervir no mercado, ou seja, nos meios que usa e na forma como consegue comunicar com os seus clientes. Mas também o *design*, por exemplo.

Como é evidente, há algo mais na história de quase 30 anos de sucesso da Mundi náutica, que tem a ver, conforme salienta Jorge Mourinho, com o conhecimento dos mercados locais onde as marcas Vega e Nava são comercializadas, sejam eles Portugal ou os outros países para onde esta empresa exporta. Envolve, para além do conhecimento profundo sobre cada um dos produtos colocados em cada mercado, conhecer as necessidades de cada um deles. Essa tem sido a razão pela qual a empresa tem conseguido implementar



-se no exterior. Na pesca desportiva, mais abrangente e com mais aficionados a nível mundial, a Mundi náutica está presente, para além de Portugal, em Espanha, onde tem uma empresa comercial com sede em Madrid, a Mundi náutica SL e vendedores próprios. Mas também o material de pesca Vega pode ser encontrado na Hungria, Bulgária, Grécia, Chipre, Malta, França, Itália e Polónia. A Nava tem menos produtos, menos segmentos de negócios e mercados de exportação do que a Vega, mas, além de Portugal, podemos encontrá-la na Polónia, Chipre, Grécia e Espanha.

A abertura a novos mercados é uma boa estratégia comercial para qualquer empresa. Agora, na situação em que o país vive e com a baixa do poder de compra dos portugueses, é essencial para a sua sustentabilidade. Por isso, é natural que os sócios da Mundi náutica queiram alargar ainda mais os seus mercados externos. O próximo avanço previsto é para a América do Sul, em particular o Brasil, apesar das dificuldades aduaneiras que este país impõe à importação.



PALMELA UMA HISTÓRIA E UMA CULTURA COM VINHO

O imponente castelo da Vila de Palmela fica num contraforte da Serra da Arrábida. A paisagem que se avista deslumbra o olhar, dispersando-se pelo rio Sado, Parque Natural da Arrábida e Península de Troia. No campo, proliferam os vinhedos numa terra célebre pelos seus vinhos, premiados no país e no estrangeiro.

A ligação de Palmela com o vinho perde-se no tempo. Admite-se que tenha sido introduzida na Península Ibérica, Vale do Tejo e Sado em cerca de 2000 a.C., pelos tartéssios, que estabeleceram negociações comerciais com outros povos permutando diversos produtos, entre os quais o vinho.

Posteriormente foi a vez de os fenícios estabelecerem feitorias comerciais no território e envolverem-se neste negócio. Mas é com a chegada dos gregos à Península Ibérica, no séc. VII a.C., que a viticultura se desenvolveu, passando a ser dada particular atenção à arte de fazer vinho.

Crê-se, no entanto, terem sido os celtas que, no séc. VI a.C., introduziram na Península as variedades de videira que então cultivavam, implementando também as técnicas de tanoaria, indispensáveis à produção e ao comércio para escoamento do vinho.

Com a romanização da Península – consolidada em 15 a.C. – incrementou-se a cultura da vinha, não só com a introdução de novas variedades mas, também, com a modernização e aperfeiçoamento de certas técnicas de cultivo, entre elas a poda.

A Vila de Palmela, que recebeu o seu primeiro foral em 1185, atribuído por D. Afonso Henriques, onde se mencionava a vinha e o vinho da região, confirma a tradição vitivinícola do concelho, sendo ainda hoje distinguida anualmente através das Festa das Vindimas.

Desde finais do séc. XIX, figuras importantes marcaram a economia agrícola da vinha no concelho de Palmela. José Maria dos Santos foi, talvez, a personalidade mais saliente, pois alterou a paisagem agrícola do concelho de Palmela. Instalou, no Pinhal Novo, um “mundo vinícola”, adquirindo parcelas de terreno que arroteou e cultivou utilizando os métodos mais modernos. Ficou conhecido como o proprietário da maior vinha do mundo, plantada no Poceirão, que ocupava uma área de cerca de 4000 hectares, com mais de 12 milhões de cepas, produzindo anualmente mais de trinta mil pipas de vinho. O seu elevado espírito empreendedor, levou-o a desenvolver projetos arrojados para a época, como a abertura de uma vala de transporte que levava os barris desde a adega, em Rio Frio, em barcaças até ao Tejo, onde eram transferidas para as fragatas que transportavam o vinho até Lisboa.

Já na entrada do séc. XX, outro destacado membro se afirmou no concelho de Palmela como empresário modelo, proprietário da mais moderna adega de Portugal naquela época. Trata-se de D. Gregório Gonzalez Briz e da Adega de Algeruz, unidade industrial única, distinguida por estar apetrechada com o mais moderno sistema tecnológico de





vinificação da época. Neste momento, o espaço da Adega de Algeruz é dedicado à história do património vitivinícola do concelho, pois nele está instalado um Núcleo Museológico do Vinho e da Vinha. Mais recentemente, muitos são os que têm divulgado o nome de Palmela como Terra-Mãe de Vinhos.

Com cerca de 6.500 hectares de vinha, 900 viticultores, 25 empresas produtoras/engarrafadoras e uma produção aproximada de 34 milhões de litros, é hoje um dos concelhos do país com maior produção de vinho. A aposta dos seus produtores na qualidade, na inovação e na diversificação de mercados tem contribuído para a prosperidade do sector na região. Entre os vinhos que nela se produzem, há que destacar, pelas suas características únicas, o Moscatel de Setúbal, vinho generoso cuja área produtiva se encontra delimitada desde 1907, não obstante a sua produção ser bastante anterior.

Os Vinhos

Os Vinhos da Península de Setúbal, cuja qualidade é certificada, podem ostentar duas denominações de origem, Denominação de Origem Controlada (DOC) Setúbal e DOC Palmela, e uma Indicação Geográfica de Proveniência (IGP), Vinho Regional Península de Setúbal. A cada uma correspondem castas e áreas geográficas específicas.

Os vinhos com direito à denominação de origem Moscatel de Setúbal

são produzidos numa região delimitada pelos concelhos de Palmela, Setúbal, Montijo e freguesia do Castelo, no concelho de Sesimbra. Existem dois tipos de vinhos generosos com direito à denominação de origem Setúbal: o produzido com castas brancas, onde a casta Moscatel de Setúbal está obrigatoriamente presente numa percentagem superior a 67% e o produzido com castas tintas, onde a casta Moscatel Roxo está presente com uma percentagem mínima de 67%. As designações tradicionais – Moscatel de Setúbal, Moscatel Roxo ou Roxo – só podem ser usadas quando estas castas contribuem com, pelo menos, 85 % do mosto utilizado.

A região DOC Palmela abrange praticamente a mesma área da DOC Setúbal. Inclui os concelhos de Setúbal, Palmela, Montijo e a freguesia de Nossa Senhora do Carmo, no concelho de Sesimbra. A produção dos vinhos tranquilos tintos DOC Palmela inclui, pelo menos, dois terços de mosto da casta Castelão Francês, conhecida na região apenas por Castelão.

Com profunda tradição nas zonas arenosas planas, as suas vinhas estão em harmonia com a envolvente e são produtivamente generosas. Os vinhos resultantes têm acidez natural correta, taninos presentes e maduros.

São caracterizados por descritores aromáticos como cereja, bolota, pinhão, groselha, framboesa. Nos vinhos tranquilos brancos, entre as



castas aptas à produção de vinhos de Palmela predominam a Fernão Pires, Moscatel de Setúbal e Arinto. Enquanto as duas primeiras são conhecidas pelo seu marcante aroma floral e frutos tropicais, a casta Arinto garante uma sólida e prolongada frescura a um conjunto atractivo. Também podem ser certificados com a denominação de origem Palmela vinhos frisantes, espumantes, licorosos e tranquilos rosé.

Moscatel Roxo

A produção de Moscatel Roxo é pequena. Este vinho caracteriza-se, enquanto jovem, por uma aparência rosada. À medida que o seu envelhecimento se processa, ganha uma tonalidade vermelho âmbar. Tem uma produção muito limitada e, por isso, é menos conhecido que o branco. Tem o aroma mais seco e complexo, mas não menos rico.

Moscatel de Setúbal

A casta Moscatel é originária do Egito e expandiu-se pelo Mediterrâneo a partir de Alexandria, possivelmente na época do Império Romano. É uma casta de dupla aptidão, pois é utilizada para a mesa e constitui a base do prestigiado vinho generoso Moscatel de Setúbal. Este vinho licoroso é caracterizado pelas suas especiais qualidades de aroma e sabor, peculiares e inconfundíveis, resultantes das castas que o originam e das condições locais de solo e clima. Tem cor dourada que vai do topázio claro ao âmbar, e aroma floral exótico com toques de mel, tâmaras e laranja.

Vinho Regional Península de Setúbal

A área geográfica de produção do Vinho Regional Terras do Sado abrange todo o distrito de Setúbal, o que inclui o concelho de Palmela. A grande diversidade e qualidade das castas, que podem ser utilizadas na elaboração destes vinhos, leva a que se produzam vinhos regionais de destacada qualidade e diferentes características, que podem ir ao encontro de uma vasta gama de preferências dos consumidores.

O Vinho Licoroso de Palmela

O Vinho Licoroso de Qualidade Produzido em Região Determinada de Palmela foi classificado como vinho generoso na penúltima revisão da lei desta denominação de origem em 1997, prevendo-se o lançamento de novas produções com esta denominação de origem. Desde a última revisão de 2009, o vinho licoroso de Palmela passou a incluir a variedade de “vinho licoroso branco”.

O Palmela DOC licoroso tinto

Deverá ser produzido obrigatoriamente com mais de 67% de uvas da casta Castelão. Pequenas quantidades deste vinho, produzidas nas vindimas de 1996 e 1997, ainda não comercializadas, usaram 100% de uvas da casta Castelão, com um elevado grau de maturação - cerca de 14% de álcool em potência. Os vinhos obtidos apresentam atualmente uma cor vermelha muito escura, e proporcionam uma sensação de boca cheia, doce, bem estruturada, com notas gustativas e aromáticas de compotas de ameixa, morango e figos.



LENDAS DE SINTRA

Narrativas fantasiosas transmitidas pela tradição oral através dos tempos, as lendas combinam factos históricos com a fantasia, procurando dar forma real ao que é, muitas vezes, produto da imaginação humana.

Acontecimentos misteriosos ou sobrenaturais numa zona como a Serra de Sintra e seus arredores, cheia de florestas sombrias, escarpas abruptas, edifícios com séculos de história, têm o ambiente propício para se desenvolverem. Eis algumas das lendas que ficaram nas memórias.

Lenda dos Sete Ais

Esta é uma lenda estranha que está na origem do nome “Seteais”, de um local do concelho de Sintra. Remonta a 1147, data em que D. Afonso Henriques conquistou Lisboa aos Mouros.

Destacado para ocupar o castelo de Sintra, D. Mendo de Paiva surpreendeu a princesa moura Anasir, que fugia com a sua aia Zuleima.

A jovem, assustada, gritou um “Ai!” e, quando D. Mendo mostrou intenção de não a deixar sair, outro “Ai!” lhe saiu da garganta. Zuleima, sem lhe explicar a razão, pediu-lhe para nunca mais soltar nenhum grito do género. Mas a jovem soltou o terceiro “Ai!” ao ver aproximar-se o exército cristão.

D. Mendo decidiu esconder a princesa e a sua aia numa casa que tinha na região. Querendo levar a jovem no seu cavalo, ameaçou-a de a separar da sua aia se ela não acedesse. Anasir deixou escapar o quarto “Ai!”.

Pouco depois de se instalar na casa, a princesa moura apaixonou-se por D. Mendo de Paiva, retribuindo o amor do cavaleiro cristão que, em segredo, a manteve longe de todos.

Um dia, a casa começou a ser rondada por mouros. Zuleima receou que fosse o antigo noivo de Anasir, Aben-Abed que, depois de se ter esquecido da sua noiva quando fugiu, voltava para castigar a sua traição. Foi nessa altura que Zuleima contou a D. Mendo que uma feiticeira lhe tinha dito que a princesa morreria ao pronunciar o sétimo “Ai!”. Entretanto, Anasir, curiosa pela preocupação da aia em relação aos seus “Ais”, exprimiu o quinto e o sexto consecutivamente, desesperando a sua aia que continuou a não lhe revelar o segredo.

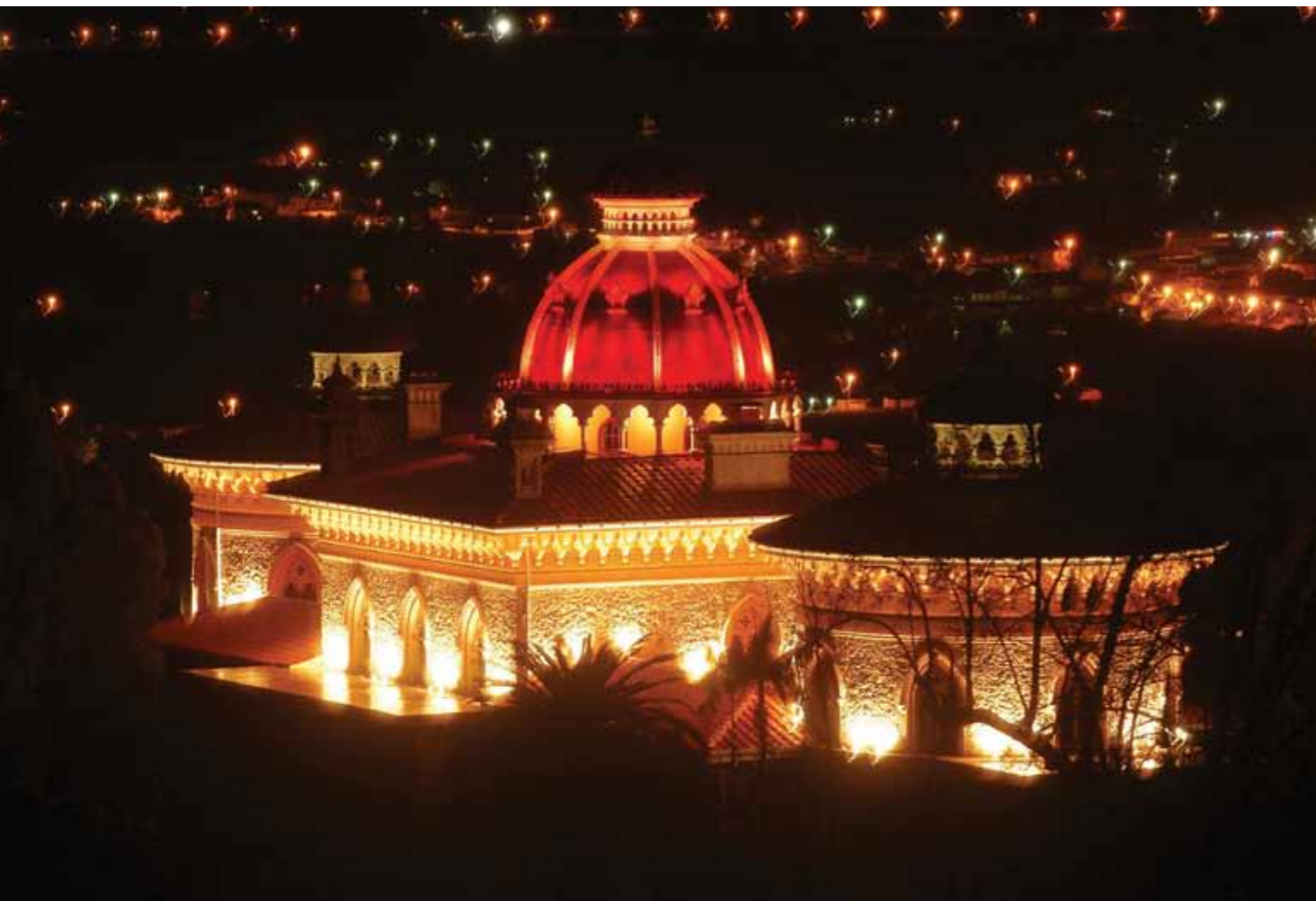
Entretanto, D. Mendo teve de partir para uma batalha. Passados sete dias Aben-Abed surpreendeu Anasir, que soltou o sétimo “Ai!” ao mesmo tempo que o punhal do mouro a feria no peito. Enlouquecido pela dor, D. Mendo de Paiva tornou-se no mais feroz caçador de mouros do seu tempo.

Lenda da Peninha

Conta-se que, no reinado de D. João III, na terra de Almoíños-Velhos, havia uma pastora muda que tinha o costume de levar as suas ovelhas a pastar ao cimo da serra.

Certo dia, uma delas fugiu, deixando a jovem pastorinha desesperada. Após longas demandas à sua procura, viu, ao longe, uma senhora que a trazia consigo.





Quando chegou ao pé dela, a pastorinha agradeceu muito da maneira que pôde, pois não conseguia falar. A senhora, aproveitando a ocasião, pediu à pastorinha que lhe desse um pouco de pão.

Mas a pastora explicou-lhe, gestualmente, que não podia, pois o ano tinha sido mau e havia muita fome. Então a senhora deu-lhe um conselho:

- Quando chegares a casa, chama pela tua mãe e procura pão.

A pastorinha tentou-lhe explicar que isso era impossível. Para além de ter a certeza de não haver pão em sua casa, não podia chamar pela sua mãe, pois era muda.

Mas a senhora tanto insistiu que a pastora decidiu fazer o que ela lhe dizia. E, ao chegar a casa, chamou por sua mãe e a sua voz fez-se ouvir em toda a sua casa.

Contou-lhe a história e apressou-se à procurar do pão. Para espanto das duas mulheres, dentro de uma arca encontraram pão que chegou para a aldeia inteira.

No dia seguinte, como prova de agradecimento, toda a aldeia subiu à serra e, precisamente no sítio onde a pastorinha tinha encontrado a senhora, descobriram uma gruta com a imagem de Nossa Senhora. Esse local passou a ser sagrado e mais tarde foi aí construída uma capela, conhecida por capela de Nossa Senhora da Peninha.

Lenda do Cabo da Roca

Conta a lenda que desapareceu de casa de sua mãe, perto do Cabo da Roca, um menino cuja idade rondava os cinco anos.

A progenitora, triste e sem saber onde estava, presumiu que tinha caído do alto do penhasco no mar e se afogado. Mas a verdade era outra. Bruxas tinham-no tirado de sua casa e lançado de um despenhadeiro para uma cova sobre o mar.

Aos choros que o menino dava, acudiram uns pastores de gado que rapidamente deram a notícia à vila.

De lá saíram muitos aldeões com a desconsolada mãe para socorrerem o pobre menino. A tarefa de o tirarem do buraco, que parecia de fundo inacessível, foi complicada, mas rapidamente o conseguiram e todos ficaram alegres por o verem são e salvo.

Quando a mãe lhe perguntou quem o tinha posto ali e quem lhe dera de comer durante tanto tempo, o menino respondeu que tinham sido umas mulheres que o tinham trazido pelo ar e o tinham atirado para a tal cova. Também disse que uma senhora, muito formosa, todos os dias lhe levava umas sopinhas de cravos para comer.

Depois da história explicada e tudo estar resolvido, toda a aldeia, mais a mãe e o menino, dirigiram-se à igreja para agradecer a Nossa Se-

nhora ter tudo acabado em bem. Ao entrar na igreja e vendo a Senhora no altar o menino disse com estas formais palavras: “Ó mãe, eis ali a senhora que todos os dias me dava as sopinhas de cravo para eu comer”.

O menino chamava-se José Gomes, mas foi sua alcunha que ficou conhecida na praça de Cascais, Chapinheiro.

Num retábulo pintado no interior da Igreja, que está ao pé do farol da Guia (Cascais), datado de 1858, encontra-se inscrito este milagre.

Lenda de Monserrate

Diz a tradição que nos tempos de domínio árabe morou, naquele sítio, no alto da Penha, um moço árabe que tinha grande ascendente sobre todas as famílias cristãs que habitavam a serra. Este andava de rixa velha com o alcaide do castelo de Sintra que, por causa disso o desafiou para um duelo. Da contenda resultou a morte do moço árabe, que ficou estendido no chão. Logo foi tido em conta por toda a gente como mártir, ao qual levantaram um túmulo e depois uma capelinha de oração.

Esta pequena ermida ruiu com o tempo. Em 1500 foi substituída por outra, edificada pelo padre Gaspar Preto, para sagração de Nossa Senhora de Monserrate. A imagem da Virgem, feita de Alabastro, veio de Roma para ali ser colocada.

Lendas do Palácio Nacional de Sintra

No Palácio Nacional de Sintra existe uma sala cujo teto está pintado com diversos desenhos de pegas.

Diz-se que o rei e a rainha que lá viviam nessa época fizeram casar mais de um cento de mulheres, entrando na conta as que ele próprio casou também, seguindo tão bons exemplos. Não havia uma ligação ilícita, nem um adultério conhecido. A corte era uma escola. D. Filipa, pregando ao peito o seu véu de esposa casta, com os olhos levantados ao céu, não perdoava. Terrível, na sua mansidão, trazia o marido sobre espinhos.

Certo dia, segundo reza esta lenda de Sintra, o rei esqueceu-se e, furtivamente, pregou um beijo na face de uma das aias. Logo apareceu, acusadora e grave, sem uma palavra, mas com um ar medonho, a rainha casta e loura. D. João, enfiado, titubeando, disse-lhe uma tolice: “Foi por bem!”. A rainha saiu solenemente. Eram ciúmes? Não, ciúmes só sente quem está apaixonado, e não era o caso. Ela apenas sentia orgulho ferido.

Rapidamente a notícia espalhou-se pelo palácio e toda a criadagem passou a andar com a frase “Foi por bem” na boca. Chateado com a situação, o rei decidiu tomar uma iniciativa e mandou construir uma sala para os criados. Todos ficaram radiantes e contaram os dias para a sala estar pronta.

Finalmente chegou o dia. Iam conhecer a sala. Mas, para espanto de todos, o teto de tal sala estava pintado com pegas que tinham escrito, no bico, “Pour Bien” (por bem).

Esse palácio nacional é rodeado de jardins, um deles o da Lindaria. Reza a lenda que era o local para onde mouras iam, ao sair do banho, respirar a frescura do ar e o perfume embalsamado das flores. Uma delas enfeitou-se de amores por um cristão que, escondido, as observava. Mas o marido, ao descobrir, matou-a. Ainda hoje, a moura

volta ao jardim em busca do cristão por quem se apaixonou. Pelo menos é isso que diz esta lenda.

Lenda do penedo dos ovos

Existe, no meio da serra de Sintra, um penedo elevado a prumo, caprichosamente, pela Natureza, produzido pelas convulsões vulcânicas do terreno em tempos ignotos.

Dizia-se, em tempos, que por baixo dele havia um tesouro encantado escondido, que pertenceria a quem fosse capaz de derrubar o penedo, atirando-lhe com ovos.

Uma velha meteu, então, na cabeça, que esse tesouro havia de lhe pertencer. Para tal, começou a juntar tantos ovos quanto podia. Quando achou que já tinha uma boa provisão, deu início à sua ingénuo tarefa. Carregou, pouco a pouco, todos os ovos para as imediações do penedo. Depois meteu mãos à obra. Um a um, dois a dois, e com quanta força dispunha, foi arremessando os ovos contra o rochedo. Quando já não lhe restava nenhum, foi terrível a sua decepção! O penedo continuava ereto e firme, e apenas estava sujo de ovos!

E foi assim que, em vez de o penedo ter tombado por terra, pondo a descoberto o maravilhoso tesouro, caíram sonhos e todas as esperanças da pobre velha! E ainda hoje o povo, sempre favorável ao maravilhoso, julga enxergar, nos musgos amarelados que cobrem o penedo, as gemas dos ovos que a velha arremessou contra ele.

Lenda da gruta da fada

A gruta é formada por uma imensa rocha de granito apoiada em dois rochedos. Diz a lenda que todas as noites uma fada, cerca da meia-noite, ali vai carpir o seu destino. A gruta fica na estrada para a Pena, à esquerda de quem sobe, quase ao chegar ao portão principal do parque.

Convento de Santa Cruz dos Capuchos

Um dos residentes do Convento de Santa Cruz ou dos Capuchos foi Frei Honório, homem de muita fé e grandes virtudes. Muito estimado e respeitado pelos habitantes das redondezas, ali viveu durante 30 anos sofrendo dolorosa e resignada penitência. O seu corpo jaz na igreja do convento.

Diz-se que certa vez Frei Honório encontrou, enquanto andava pelos campos, uma linda rapariga “para quem não olhou”. Mas ela quis que a confessasse. O virtuoso monge não tinha confessor naquele ermo e, sem querer fixar a pequena, mandou-a para o convento à procura de outro confessor. A bela moçoila não se conformou com a resposta e insistiu com o bom religioso.

Rubro como um tomate, a suar em bica – isto passou-se em agosto – o religioso apressou o passo. Mas continuou a ser seguido pela jovem, que continuava a pedir-lhe absolvição ou penitência. A dada altura voltou-se e tapando o rosto com uma das mãos para fugir à formosura que o diabo encarnara para o tentar e perder, fez, com a outra, o sinal da cruz. A endiabrada e tentadora respondeu com um grito e fugiu para não mais ser vista. Então, Frei Honório, por castigo por ter caído em tentação, isolou-se a pão e água numa gruta existente no Convento. E lá ficou até ao fim da sua vida.

MELHORIA DO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR DA REGIÃO DE LISBOA

Projetos de requalificação da rede escolar e pré-escolar e do Sistema de Apoio à Modernização Administrativa

No âmbito do QREN 2007-2013, a Autoridade de Gestão do PORLisboa - Programa Operacional Regional de Lisboa celebrou um Contrato de Delegação de Competências sem Subvenção Global com a Área Metropolitana de Lisboa, a quem delegou competências na gestão e acompanhamento das tipologias de projeto de Requalificação da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar e Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA).

Na tipologia Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, foram aprovadas trinta e uma operações, que correspondem a um investimento aprovado de 5.865.970,35 euros e de Fundo FEDER de 2.845.624,80 euros, tendo como beneficiários os Municípios, a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e Juntas de Freguesias da Área Metropolitana de Lisboa, que visam criar condições estruturantes, orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto”, no relacionamento da Administração Pública Local quer com os cidadãos (munícipes), quer com as empresas. A taxa de execução financeira situa-se nos 62,84%.

As operações aprovadas preconizam objetivos de eficiência e eficácia, designadamente:

- A qualificação do atendimento dos serviços da Administração Pública Local, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas;

- A racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública e a simplificação, reengenharia e desmaterialização de processos;
- O desenvolvimento de uma Administração Pública em rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias da infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- A promoção de iniciativas integradas de modernização, assegurando a articulação entre três principais dimensões de intervenção (pessoas, organização e tecnologia), promovendo uma geração da massa crítica e das competências transversais necessárias à continuidade e sustentabilidade deste tipo de processos, para além do horizonte definido para o respetivo financiamento.

No que concerne à Modernização do Parque Escolar da Área Metropolitana de Lisboa (1.º Ciclo do Ensino Básico e Pré-Escolar), foram aprovadas, pelo PORLisboa, cinquenta e oito operações, a que corresponde um investimento aprovado de 80.441.852,11 euros e de Fundo FEDER de 52.287.268,87 euros. Trata-se de projetos infraestruturais de raiz e de remodelação/ampliação de equipamentos, integradas no Eixo Prioritário III “Coessão Social” deste programa operacional regional, que concorre para a promoção do desenvolvimento da Região de Lisboa e coessão nacional.

Estes projetos configuram objetivos de melhoramento e alargamento

da Rede Escolar do 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, com vista a satisfazer as necessidades da população e atenuar as carências deste tipo de infraestruturas, diagnosticadas nas cartas educativas dos concelhos do território da AML, em virtude do aumento do crescimento demográfico que se tem vindo acentuar ao longo da última década nas áreas metropolitanas do país. A taxa de execução financeira situa-se nos 88,8%.

Ao abrigo do contrato assinado entre a Autoridade de Gestão do POR Lisboa e a AML, foram definidos, nos termos do Decreto-lei nº 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de abril, as competências da Área Metropolitana de Lisboa como organismo intermédio do PORLisboa, designadamente:

- Assegurar que são cumpridas as condições necessárias de cobertura orçamental das operações;
- Assegurar a organização dos processos de candidatura de operações ao financiamento pelo PORLisboa;
- Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis, designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, dos auxílios estatais, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- Assegurar a conformidade dos contratos de financiamento das operações apoiadas com decisão de financiamento e respeito pelos normativos aplicáveis;
- Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- Verificar a elegibilidade das despesas, identificando e justificando a natureza e o montante das despesas elegíveis e não elegíveis previstas nas candidaturas;
- Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efetuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificação de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- Assegurar que os beneficiários e outros organismos abrangidos pela execução das operações mantêm um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transações relacionadas com a operação, sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
- Assegurar a recolha de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional.

Neste sentido, compete à AML, para além das verificações de natureza administrativa de todos os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários (Municípios da AML), proceder a verificações de natureza física, realizadas no local das operações, com base numa amostra ale-

atória, que é revista anualmente segundo orientações da Autoridade de Gestão do PORLisboa.

As verificações no local têm, como referência, os termos que serviram de base à aprovação da operação e à conformidade da execução dos trabalhos realizados, constantes dos documentos de despesa validados. Estas verificações incidem sobre os aspetos normativos e temporais dos documentos, execução financeira e realização física dos projetos.

Das verificações realizadas resulta um relatório, que é submetido ao beneficiário, onde são explanados os pontos fortes e fracos da execução da operação.



Operações que já foram objeto de verificação:

EIXO 1 – COMPETITIVIDADE, INOVAÇÃO E CONHECIMENTO – SAMA – SISTEMA DE APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

OPERAÇÃO	BENEFICIÁRIO
Câmara Municipal de Setúbal - Uma Autarquia mais próxima do Cidadão	Município de Setúbal
Reengenharia e desmaterialização de processos	Associação de Municípios da Região de Setúbal
Plataforma de Interoperabilidade e Sistema Central de Referências Comuns, de Identificação & Autenticação	Município de Lisboa
Sistema de Gestão de Atendimento, Portal e Guichet Eletrónico do Município, Empresa e Entidades	Município de Lisboa
Desenvolvimento do canal de atendimento eletrónico	Município de Loures
Qualificação do atendimento e digitalização dos arquivos do urbanismo	Município de Loures
Balcão Único Multicanal de Atendimento ao Município (GUIA)	Município de Vila Franca de Xira
Modernização do atendimento e digitalização dos arquivos do urbanismo	Município de Vila Franca de Xira
Seixal Digital Balcão Único	Município do Seixal
Atendimento Municipal Multicanal	Município de Almada
Projeto de Otimização de Processos de Licenciamento das Atividades Económicas	Município de Sintra
Projeto de Qualificação do Atendimento do Município de Palmela - 2ª fase	Município de Palmela
Implementação do "Balcão Único" de Atendimento ao Município na Câmara Municipal de Mafra	Município de Mafra
Reengenharia Urbanismo & Gestão Documental	Município de Lisboa
Programa CASCAIS MAIS - Cascais Mais Inovador	Município de Cascais
Programa CASCAIS MAIS - Cascais Mais Perto	Município de Cascais
Programa Mais Cascais	Município de Cascais
Balcão Único	Município do Barreiro
Gestão de Relacionamento com o cidadão	Município de Sintra

Foram realizadas 19 visitas de verificação, a que correspondeu um montante de despesa controlada de 2.309.467,33 euros.

EIXO 3 – COESÃO SOCIAL – REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DE 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

OPERAÇÃO	BENEFICIÁRIO
EB1/JI de Alverca (Malva Rosa)	Município de Vila Franca de Xira
EB 1 n.º 1 da Póvoa da Stª Iria	Município de Vila Franca de Xira
2.ª Fase da EB1 n.º 9 de Odivelas - Arroja	Município de Odivelas
Remodelação e Ampliação da EB1 / JI n.º 3 da Póvoa de Sto. Adrião	Município de Odivelas
Ampliação e Requalificação da EB1/JI do Afonsoeiro	Município de Montijo
Remodelação e ampliação da EB1 n.º 3 de Loures para integração do JI do Fanqueiro	Município de Loures
Centro Escolar do Bairro do Armador (Zona M de Chelas)	Município de Lisboa
Escola Básica do 1.º Ciclo do Ensino Básico com Jardim de Infância em Val' Flores, Pinhal Novo	Município de Palmela
Escola Básica do 1.º Ciclo de Pinhal Novo 2	Município de Palmela

Escola Básica Integrada do Poceirão	Município de Palmela
Ampliação da EB1 N.º2 do Montijo - B.º do Mouco	Município de Montijo
Escola Básica de Vila Chã	Município da Amadora
Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Pragal n.º2	Município de Almada
Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Costa de Caparica n.º 2	Município de Almada
Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Vale Figueira n.º 1	Município de Almada
Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Almada n.º 2	Município de Almada
Construção e Apetrechamento da Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância Trafaria n.º 2	Município de Almada
Escola do 1ºCEB e Jardim de Infância das Areias (ex n.º2 da Galiza)	Município de Cascais
Escola do 1º CEB n.º 3 de Alcabideche	Município de Cascais
Escola EB1_JI do Porto Pinheiro - Odivelas	Município de Odivelas
Construção da Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de infância de Alcaínça	Município de Mafra
EB1/JI de Pinhal de Frades	Município do Seixal
Construção da EB1/JI da Quinta dos Franceses	Município do Seixal
Escola do 1º CEB n.º 3 de Birre	Município de Cascais
Construção e Apetrechamento da EB1/JI da Quinta das Mós (Loures)	Município de Loures
Construção e Apetrechamento da EB1/JI da Quinta do Conventinho (Loures)	Município de Loures
Ampliação/Remodelação da EB1 das Laranjeiras n.º 120 e JI do Bairro de S. João	Município de Lisboa
Escola Básica do 1.º Ciclo n.º 167 (Bairro Padre Cruz)	Município de Lisboa
Jardim de infância da EB/JI n.º1 da Moita (Palheiro)	Município da Moita
Construção de EB1/JI Milharado - Quinta do Munhoz	Município de Mafra
Escola Básica Mina	Município da Amadora
EB1 Dr. Sousa Martins	Município de Vila Franca de Xira
EB1/JI de Vialonga	Município de Vila Franca de Xira
Antiga Escola Mendonça Furtado - Centro Escolar	Município do Barreiro
EB1/JI da Penalva	Município do Barreiro
Escola Básica 1 de Varge Mondar	Município de Sintra
Escola Básica da Sarrazola	Município de Sintra
Escola EB1/JI do Algueirão	Município de Sintra
EBI 2,3 LUÍSA TODI	Município de Setúbal
Escola Básica da Brejoeira	Município de Setúbal
Escola Básica das Galinheiras/Charneca - EB1 + JI	Município de Lisboa
Escola Básica do 1.º Ciclo + Jardim de Infância de Sampaio	Município de Sesimbra
Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância Raul Lino - (Ex. Monte Estoril)	Município de Cascais
Escola do 1º CEB com Jardim de Infância de Matocheirinhos	Município de Cascais
Nova Escola EB1/JI Gomes Freire de Andrade, Oeiras	Município de Oeiras

Foram realizadas 45 visitas de verificação, a que correspondeu um montante de despesa controlada de 25.022.645,29 euros.

Arlindo Pinto

Nasceu na casa dos seus avós maternos, em Riódades, pequena aldeia do distrito de Viseu em 1962. Aos 7 anos alguém ofereceu a Arlindo Pinto uma câmara fotográfica *bireflex*, quiçá, *Rollei*. Foi um brinquedo que lhe passou pelas mãos fugazmente. Usava-a, não para fotografar, mas para “ver”, “simplesmente ver” através do visor. O que o rodeava parecia-lhe distinto quando visto através da objetiva! Nasceu ali um particular interesse pela imagem gerada pela “máquina de tirar fotografias”.

Com 16 anos deslocou o centro da sua vida para a grande Lisboa, para onde se mudou e concluiu o Liceu, o curso de Direito e, mais tarde, a sua formação profissional em fotografia e estética fotográfica.

Atualmente, Arlindo Pinto é fotógrafo, com particular interesse na fotografia menos figurativa e mais centrada no abstracionismo e surrealismo. Gosta de fotografar, mas gosta acima de tudo de “construir imagens”, valorizando a fotografia como obra em si mesma.

Venceu o *6th Showcase* de 2010 (categoria *mixed-media*) e o *3th Showcase* de 2011 (categoria fotografia) na *ARTslanT Gallery*, Nova York, respetivamente com fotos das séries *Miopia* e *Watchin’ Time*.

Até agora Arlindo Pinto realizou, em Portugal, 19 exposições das suas obras, 8 individuais e 11 coletivas, e tem trabalhos em coleções privadas e espólios nos municípios da Amadora, Sobral de Monte Agraço e Figueira da Foz, entre outros.



Travelling Family - Famílias de outras terras que acodem, permanecem ou vão, e são sempre mais do que um reflexo dos nossos usos e costumes, num precioso multiculturalismo. Parque das Nações, Lisboa.



Shopping Lady – A fotografia não se desenvolve apenas ao nível dos olhos. Nas sombras brancas gravadas na calçada portuguesa desenvolve-se uma vida paralela. Amadora.



Kicking Mule – Cor, vida, movimento e arte coabitam nos subterrâneos do metropolitano de Lisboa.



Black Horse – Fotografia da série Alegoria do Inferno. Abordagem fotográfica do inferno e dos monstros cristãos que nele habitam, usando o branco e azul do céu de Carcavelos.



A For Subway – Impressionismo do vazio subterrâneo a bordo do metropolitano de Lisboa.



Down In The Hole – Os locais, as pessoas, as paisagens podem eternamente ter novas abordagens? Sim! Torre de Belém, Lisboa.



LAGOA HENRIQUES

ESCUADOR DE LISBOA

Espaço e tempo humanizados, o ateliê de Lagoa Henriques retratava, em todas as dimensões, uma vida e uma obra, intensamente vividas

António Valdemar
Presidente da Academia Nacional de Belas Artes



Se não tivermos receio das palavras, por demasiado gastas, reduzidas ao lugar-comum ou atribuídas indiscriminadamente, podemos classificar Lagoa Henriques de personalidade multifacetada. Consagrou-se à escultura, ao desenho, ao magistério, à cenografia teatral, à literatura e, em sucessivos programas de televisão, à divulgação do património português. Tudo isto, que se multiplicou numa entrega generosa, numa permanente inquietação de comunicar e intervir, revela a afirmação exuberante de um temperamento forte, de um carácter determinado, de uma sensibilidade muito própria. Realizou, em todas as modalidades da escultura, obras que permanecem em museus e coleções mas, sobretudo, em ruas, praças, largos, jardins e outros espaços públicos: homens e símbolos, a vida e a morte, figuras carregadas de história e figuras marginais e anónimas arrancadas ao quotidiano. Fiel ao ideal grego, aos cânones da Renascença e aos clássicos da modernidade, nada é supér-

fluo na estrutura e na forma do corpo humano, quer em repouso, quer em movimento.

A criação multiforme de Lagoa Henriques que nasceu, viveu e faleceu em Lisboa (27-12-1923/21-2-2009), está presente de Norte a Sul do País. Está, ainda, profusamente representada na Madeira. Mantém laços culturais e afetivos com a região: em júris de concursos de professores para a Universidade, em conferências e colóquios, em muitas exposições individuais e coletivas. Existem, no Funchal, peças escultóricas que evidenciam o domínio do ofício e o poder conceptual de Lagoa Henriques: a alegoria, na sede dos Serviços Sociais; a estátua de João Paulo II, no adro da Sé; a estátua de Sissi, a lendária imperatriz da Áustria, no Parque de Santa Catarina, junto ao edifício construído por Niemayer. Encontram-se, na Praia das Palmeiras, em Santa Cruz, duas grandes figuras em bronze, A Terra e o Mar, implantadas sobre uma pedra de basalto.



Estas e outras criações de Lagoa Henriques passaram a fazer parte indissociável dos locais em que se integram como, também, se verifica, por exemplo, com a fonte monumental no centro histórico de Leiria; a estátua de Guerra Junqueiro na praça de Londres; o Segredo na Câmara Municipal de Lisboa; a evocação de Teixeira Gomes e a copejada de atum no largo principal de Portimão, voltado para o rio Arade; António Aleixo, entre a rua e a entrada de um café em Loulé; Dórdio Gomes no jardim do centro de Arraiolos e no salão nobre da Academia Nacional de Belas Artes; Antero de Quental no Jardim do Príncipe Real; Fernando Pessoa, sentado à mesa, à porta da Brasileira, em pleno Chiado.

Além da escultura, o desenho constituiu, para Lagoa Henriques, um exercício de introspeção, um pretexto de catarse, uma oportu-

nidade de transição entre o real e o imaginário alternando, quase sempre, a serenidade apolínea e o arrebatamento dionisíaco. Poderá ser um discurso fragmentário, de corpos e máscaras, de gestos e atitudes insistentemente repetidos, mas denuncia a explosão impetuosa de energias latentes, na busca da relação com um todo de afinidades eletivas. Machado de Castro, no Discurso sobre as Utilidades do Desenho, já advertia que só “da perfeição das formas em particular e da boa relação com o seu todo é que procede a beleza de qualquer corpo”.

Os desenhos de Lagoa Henriques, no seu grafismo claro e conciso, resultam do registo circunstancial do que o devora e consome, do que o deslumbra e atrai: a perfeição de uma forma, a harmonia de um ritmo, a reminiscência de um encontro, a sedução de um olhar, o desejo exacerbado de agarrar a vida que foge. Daí, o próprio Lagoa Henriques se referir, com frequência, aos seus desenhos como o “risco inadiável” que é, afinal, a tradução imediata de emoções íntimas e irremediáveis. Talvez muito mais do que as palavras, nas suas múltiplas extensões semânticas, o desenho permite-lhe fixar a cintilação dos instantes no incêndio dos sentidos.

Lagoa Henriques lecionou, a partir dos anos 50, nas Escolas de Belas Artes do Porto e de Lisboa. Marcou várias gerações. Introduziu novas metodologias no ensino do desenho e da escultura. Impulsionou o confronto de ideias, a curiosidade pelo que é novo e diferente. Desenvolveu uma prática pedagógica orientada para estimular todas as potencialidades do aluno, para atingir e amadurecer o espírito crítico, rejeitar o conformismo e a rotina. Inimigo feroz do carreirismo, incute nos alunos a coragem de opinião para enfrentar os habilidosos e resistir aos aventureiros que procuram vencer o mérito e impedir a ousadia. Conduziu os que frequentaram as suas aulas para a descoberta e interpretação dos sinais do tempo, para dar resposta aos desafios e interrogações que se deparam no dia a dia. Foi o mestre – quer queiram, quer não queiram – de alguns dos atuais mestres na escultura, no desenho, na pintura, na arquitetura.

Discípulo na escola do Porto, do escultor Barata Feyo e de Marino Marini, em Itália, Lagoa Henriques também recebeu o impacto da poesia de Fernando Pessoa e Cesário Verde. Ambos o influenciaram na escultura e no desenho e ainda nas incursões através da palavra falada e escrita. Pessoa insinuou-lhe o modo de aprofundar o que há dentro dos labirintos do homem, no tumulto ou na limpeza da consciência; Cesário apurou-lhe a comunicação direta com as pessoas, iluminou-lhe a observação perante as plantas e os animais, ensinou-lhe a decifrar a cidade ou o campo, a aparência e a essência das coisas e dos seres.



Ao longo de 50 anos, tive o privilégio de apreciar, de perto, a estatura humana, a amplitude afetiva, os contrastes emocionais e a cultura diversificada de Lagoa Henriques: os defeitos das qualidades e as virtudes dos defeitos que o impuseram como personagem rara e aliciante. Conheci-o em São Lazaro, apresentado por Barata Feyo; convivemos, depois, em tertúlias de livrarias; nos intervalos de espetáculos de teatro, de cinema, de concertos musicais; à mesa de cafés e restaurantes, nas sessões, nem sempre pacíficas, da Academia das Belas Artes. Ficámos amigos. Intensificaram a amizade outros amigos comuns, no seu ateliê em Lisboa – universo de trabalho e reflexão, palco de luminosos entusiasmos e de indomáveis repúdios contra os tartufos, os medíocres e ídolos com prémios nacionais e internacionais.

É difícil esquecer o passar das horas nesse espaço repleto de esculturas, pinturas, desenhos, fotografias antigas e atuais e uma desordem criativa de livros e papéis. Completavam o cenário troncos e raízes de árvores; calhaus rolados, antigos instrumentos musicais, alguns achados arqueológicos, um pouco de tudo o que faz recordar amigos, colegas, discípulos, viagens em peregrinações sempre inacabadas.

Espaço e tempo humanizados, o ateliê de Lagoa Henriques, no sítio do Bom Sucesso, em Belém, retratava, em todas as dimensões uma vida e uma obra intensamente vividas. Era a casa onde se entrava e de onde nunca mais se saía. Memória de uma época e de um lugar. Memória de Lisboa num dos seus cais abertos ao mundo.

OS GRANDES VINHOS DO TERMO DE LISBOA

1.ª PARTE - LISBOA (ESTREMADURA)

Este será o primeiro de três artigos que abordarão os grandes vinhos produzidos à volta da capital. Num segundo momento, trataremos dos vinhos da Península de Setúbal e, no terceiro, dos vinhos do Tejo (Ribatejo). Qualquer uma destas regiões já foi abordada em artigos anteriores (alguns já há uns bons anos...) e, por isso, apenas focaremos a nossa atenção nos grandes vinhos que lá se produzem, com apontamentos sobre os que fizeram história

João Paulo Martins
Jornalista



De Cascais até Leiria vai a distância da região estremenha. Não é homogénea na orografia, não é climaticamente uniforme, mas tem um elemento que une toda a zona e que é omnipresente: o mar. O Atlântico marca aqui o compasso das culturas, do que se pode ou não plantar, do que beneficia e do que é prejudicado pelas brisas marítimas e nevoeiros estivais. É por causa dele que em algumas zonas quase não se consegue fazer vinho (como na Lourinhã) e é também por causa dele que em algumas zonas se faz boa aguardente (de novo a Lourinhã); é devido a ele a particular característica do vinho de Colares, quase salino, difícil e longo; é pela sua influência que os vinhos estremenhos são, na sua maioria, tão equilibrados.

Até aqui estamos num mar de rosas e nele vamos continuar. A região era em tempos um “mar de vinhas”, designativo que hoje, em boa verdade, apenas se poderá aplicar a algumas zonas do concelho de Alenquer. Mar seria, mas a qualidade não era assunto premente: daqui se esperava vinho em quantidade destinado às tasca de Lisboa ou exportado para as colónias. Para responder a este desiderato, os produtores apetrecharam-se com adegas de dimensão homérica capazes de guardar, em cubas de ci-

mento, muitos milhões de litros. Uma simples visita guiada à Casa Santos Lima transporta-nos para esse tal mar de vinhos, muitos deles apenas pensados para serem consumidos em copo cheio, o conhecido “penalti”. A revolução de abril e a subsequente descolonização, o aumento dos preços e uma maior consciência do consumo ajuizado de vinho, vieram modificar completamente o panorama da região. Muitas vinhas foram reconvertidas – fruto também dos subsídios que entretanto começavam a chegar da Comunidade Europeia –, e simplesmente deixaram de produzir. Hoje ninguém se lembra da casta Seminário ou Boal e simplesmente deixaram aqui medravam, da Tália e da Vital que pontificavam nos brancos. Os tintos dependiam

José Bento dos Santos, produtor da Quinta do Monte d'Oiro





Clássicos da região, alguns entretanto desaparecidos.

do Castelão mas também da Tinta Miúda, uma variedade mal-amada de que hoje poucos querem ouvir falar. Os tempos foram assim mudando e os grandes centros vinificadores da região – as adegas cooperativas – começaram a entrar em lenta agonia: foi-se a de Torres Vedras, que chegou a ser a maior do país, fechou a de Olhalvo e logo outras se seguiram. Os tempos estavam a mudar e as velhas e anquilosadas estruturas cooperativas não souberam adaptar-se aos novos hábitos de consumo e ao gosto do novo consumidor. Morreram. Não todas, que eram mais de 20 mas perderam protagonismo e hoje, se alguém quer citar um grande vinho da região, ninguém se lembra de incluir na lista um vinho de uma adega cooperativa.

Novas tendências, novas castas, novo estilo

Feitas as contas e arrumada a casa, fechado o ciclo da Revolução, tornou-se urgente repensar a região. O que se iria plantar? Que tipo de vinho se iria produzir? Decisão difícil uma vez que as opções eram muitas. Antes de mais demarcou-se a região e criaram-se várias sub-regiões. Vingou aqui o regionalismo, muito mais que o bom senso. Demarcou-se sem critério, atendeu-se a estilos antigos de vinho que estavam condenados, procurou-se contentar gregos e troianos. Crescer é difícil e crescer sem ter quem inspire e oriente ainda é mais. Mas o tempo encarregou-se de mostrar que, fora as zonas clássicas e já então quase simbólicas (Carcavelos, Colares e Bucelas), era na região de Alenquer que melhores condições havia para produzir bem. Assim, em finais dos anos 80 e na década seguinte, começaram a surgir na ribalta nomes como a Quinta de Pancas, a Quinta da Abrigada ou dos Plátanos. A coqueluche era então a casta Cabernet Sauvignon, uma variedade bordalesa que, dada a sua enorme plasticidade, se adaptava bem ao clima da região. Em Pancas tornou-se um sucesso e alguns dos seus vinhos, feitos com esta casta, chegaram até à atualidade numa forma invejável. Nos brancos optou-se por uma forte aposta no Arinto, variedade notável que alegra qualquer lote com a sua boa acidez, aqui e ali composta depois com Fernão Pires e, também aqui, com a francesa Chardonnay, uma cartada de sucesso para qualquer produtor, dada a capacidade de adaptação a qualquer solo e clima que esta casta borgonhesa apresenta.

A grande revolução teve lugar já nos finais dos anos 90. Começou-se a plantar Touriga Nacional e Tinta Roriz, introduziu-se o Syrah que começou a sua história na Quinta do Monte d'Oiro e diversificou-se a produção dos brancos. Variedades até aqui ausentes da região, como o Alvarinho ou o Viognier fizeram a sua entrada e o panorama modificou-se totalmente. Hoje a região está irreconhecível e quase sempre para melhor.

Novos produtores, outros conceitos

O pioneirismo de Pancas, mais tarde seguido pela ousadia do Monte d'Oiro, deu os seus frutos e novos projetos começaram a surgir com portefólio amplo e cobrindo todas as gamas de preços. Nomes como Chocapalha, Qta. do Pinto, Qta. de Sant'Ana, Qta. do Rol e Qta. do Gradil tornaram-se referência obrigatória pela qualidade dos seus vinhos e empresas de grande vulto em termos do volume da produção – Casa Santos Lima e DFJ – tornaram-se gigantes com um peso muito grande na exportação. A estes há que juntar alguns produtores com pergaminhos antigos, como a Companhia Agrícola do Sanguinhal e pequenos produtores apostados em produtos diferenciados mas com muita personalidade, como o Casal Figueira. Tudo somado ori-



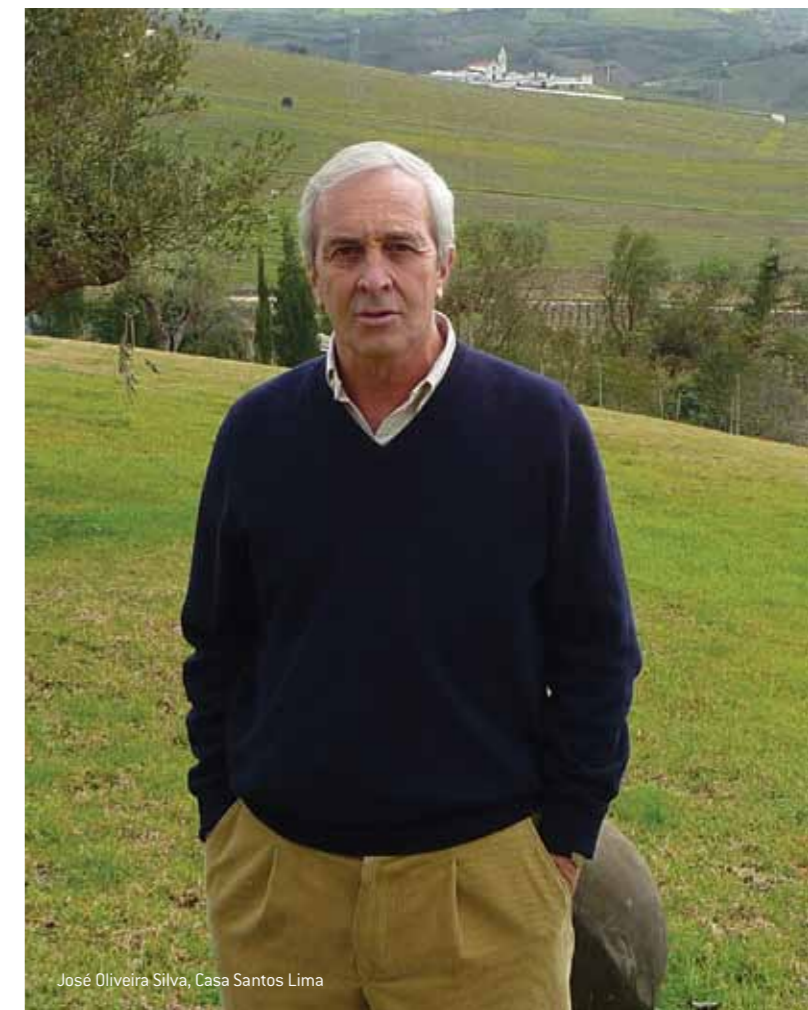
gina um conjunto enorme de escolhas e hoje os consumidores podem olhar para a região como uma montra onde encontramos os vinhos-ícone, caros e raros e os outros, muito bem-feitos e agradáveis, capazes de nos alegrar o quotidiano.

O mundo antigo não desapareceu totalmente e, por isso, ainda encontramos hoje muito vinho que tem origem estremenha e se vende a granel. No entanto, como todos sabemos, são os faróis que iluminam o caminho e apontam direções. Ora, como já se está a ver, não só já há aqui uma “associação de fareiros” como o caminho está bem iluminado. Nem mais.

Grand'Arte, a marca topo da DFJ, aqui usando uma casta sem tradição na região



Sandra Tavares da Silva, enóloga da Casa Chocapalha



José Oliveira Silva, Casa Santos Lima

ORGANIZADA PELA AML CONFERÊNCIA SOBRE OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA COESÃO SOCIAL

As realidades e os problemas da coesão social no espaço da Área Metropolitana de Lisboa, sobretudo em tempos de uma crise que tende a agravar-se, foram o tema de uma conferência que reuniu num dos maiores anfiteatros do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, no dia 16 de novembro, dezenas de autarcas, especialistas, técnicos e responsáveis de várias instituições que lhes procuram dar resposta no terreno. Esta foi mais uma das conferências periódicas promovidas pela Assembleia Metropolitana de Lisboa, neste caso por meio da sua Comissão Permanente de Coesão Social. Recorde-se que em março foi realizada outra, no ISEL, sobre Ambiente Urbano e Riscos.

Procedeu à abertura dos trabalhos João Serrano, Presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa, que situou esta realização no contexto de um programa de reflexão, debate e conhecimento das realidades que a Comissão de Coesão Social

CONFERÊNCIA

OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA COESÃO SOCIAL NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

16 de novembro
ISCTE, Edifício II
Auditório B103
(Entrecampos,
à Av. Prof. Aníbal Bettencourt)

Inscrição Gratuita em www.aml.pt

Organização:
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA
Assembleia Metropolitana

Apoio:
ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa



tem procurado levar a cabo junto do Governo e das instituições e pessoas “que estão no terreno todos os dias, a tentar, dando o seu melhor, colmatar os problemas que afetam a população desta Área Metropolitana”. João Serrano recordou a dimensão social da AML, que concentra 27 % da população de todo o País, que tem mais de um milhão de famílias e onde se observam graves assimetrias sociais - com pessoas, sobretudo idosas, em situações de isolamento e dependência, zonas com elevado poder de compra ao lado de situações de carências absolutas e decréscimo de rendimento por parte da população, conduzindo a fenómenos de agravamento da criminalidade. Citou também a atual taxa de desemprego no espaço da AML, que é de 17,6 %, portanto acima da média nacional.

Os trabalhos foram dirigidos por Sofia Cabral, Presidente da Comissão Permanente de Coesão Social da Assembleia Metropolitana, que sublinhou a intenção desta conferência como sendo, mais do que ouvir os protagonistas políticos, ouvir “aqueles que estão no terreno, que lidam com as instituições e sobretudo com as pessoas, porque é de pessoas que falamos e é para elas que todos temos de trabalhar e dar o nosso melhor”.

O primeiro painel, na parte da manhã, deu voz a pessoas de entidades com boas práticas na área da coesão social: Maria Helena André,

do Banco Alimentar contra a Fome e da Entrajuda, onde é responsável pelo relacionamento com outras instituições; Alexandru Machidonschi, do Centro Cultural Moldavo em São Domingos de Rana, Cascais; e Isabel Monteiro, da Cáritas Portuguesa.

Maria Helena André começou por falar dos números preocupantes referentes à pobreza: “Segundo os dados divulgados pelo INE em 2010, cerca de 1,9 milhões de portugueses viviam abaixo do limiar de pobreza e hoje serão seguramente muitos mais. O desemprego e o sobre-endividamento, os baixos rendimentos, a falta de qualificação, conduziram muitas famílias para uma situação de pobreza e exclusão social.” Alertou para o que pode suceder “se as redes de proximidade e apoio não funcionarem”.

Fez também uma síntese da história dos Bancos Alimentares contra a Fome (o primeiro fundado pelo Comandante José Vaz Pinto em 1991, em Lisboa) e da sua “missão muito específica: lutar contra o desperdício, recuperando os excedentes alimentares, para os levar a quem tem mais carências, mobilizando pessoas e empresas que a título voluntário se associam a esta causa”, numa instituição de autonomia e de independência, tanto em relação ao Estado como à Igreja.

Descreveu ainda as diversas áreas de intervenção da Entrajuda, que coordena e canaliza apoios para uma quantidade de instituições de



solidariedade social. Só no espaço da Área Metropolitana de Lisboa receberam apoio cerca de 700 instituições, que por sua vez o levaram a 239 mil pessoas. Os números do relatório de 2011, para todo o País, referem um total de 974 instituições apoiadas, que ajudaram 319.657 pessoas carenciadas.

A intervenção de Alexandru Machidonschi, apesar de se referir a situações de imigração muito penosas, trouxe aos presentes uma realidade com traços de esperança. Fundado em 2002 e reconhecido no ano seguinte pelo ACIDI (o antigo ACIME), o Centro Cultural Moldavo, tem 680 associados e trabalha em parceria com outros de

natureza semelhante, distinguindo-se pela eficácia do seu apoio na integração social e na solução dos muitos problemas que encontram os imigrantes moldavos - apesar de estes representarem apenas 3% dos imigrantes em Portugal, uma minoria mesmo no contexto dos 23 % que são todos os provenientes de países da Europa de Leste. Pela Cáritas Portuguesa falou, a seguir, Isabel Monteiro, que usou palavras fortes para definir a presente situação de crise: “Partimos de um País com uma pobreza persistente de 17,3%, um excesso de consumo (e sabemos como ele foi criado e desenvolvido pela própria sociedade e pelo poder político e económico) que levou a que muitas pessoas passassem a constituir-se como pobres a crédito. Mudou o perfil da pobreza, com níveis de endividamento individuais e familiares extremamente preocupantes; (...) o desemprego aumenta significativamente, e não só na classe média-baixa, mas na média e naquilo que muitas vezes chamamos a classe média-alta. O perfil da pessoa que hoje consideramos pobre não é o mesmo de um pobre de há seis meses atrás, e estamos convencidos de que em janeiro não vamos ter desempregados pobres, vamos ter um outro perfil, que são os com emprego, pobres.”

Isabel Monteiro acrescentou a este quadro a chamada economia informal, em que as pessoas não têm direito a nenhuma prestação social: “Sobretudo assistimos a que a proteção mínima do RSI para um indivíduo, que existe neste momento, é de cerca de 180 Euros. Na zona onde eu vivo, 180 Euros (ou pouco mais) corresponde a que esse indivíduo não encontre um quarto (não é uma habitação) por menos de 150; restam 30 Euros para comer, comprar medicação e ter as suas despesas pessoais. Eu pergunto qual de nós conseguiria viver com este rendimento por mês.”

Deu, a seguir, o exemplo de um daqueles “novos pobres” da classe média-alta, que ainda “aguenta pagar uma renda de casa, mas depois não lhe chega para a medicação ou a alimentação”. E disse: “Por isso, qualquer um de nós, ao confrontar-se todos os dias com estas situações, é como ver-se ao espelho: amanhã posso ser eu, amanhã podes ser tu, e quem nos diz que amanhã não seremos todos nós? (...) Porque isto está a passar-se neste País. E chamo também a atenção para que a maior parte destas pessoas vive com uma autoestima extremamente baixa e tem muita dificuldade em recorrer às instituições. É aquilo a que se começou a chamar no nosso País a pobreza envergonhada. As pessoas não conhecem os meandros, nem têm facilidade em se dirigir às instituições para pedir apoio, porque sentem vergonha, e quando chegam até nós não vêm elas, mas são sinalizadas pelos vizinhos ou amigos: eu vinha-lhes pedir

que fossem a casa de A ou B, conhecer a situação. E aqui o importante reside na rede de vizinhança e dos amigos e na rede familiar. Para evitar (muitas vezes evitam) que as pessoas, quando chegam à Cáritas, já não venham numa situação de rutura total, mas venham ainda com a possibilidade de podermos dar a volta à situação e dar-lhes alguma esperança para poderem viver.”

Abriu o segundo painel, na parte da tarde, Cláudia Costa, especialista na área da Saúde, membro de um grupo de investigação coordenado por Paula Santana, da Universidade de Coimbra. Este grupo procedeu a um estudo sobre a mortalidade no espaço da AML, por causas de morte e análise da associação entre a mortalidade e a privação sócio-material, pondo em contacto elementos estatísticos de diversas proveniências, incluindo dados das freguesias e dados do INE. Tratando das causas de morte na população com menos de 75 anos, este estudo revela que a primeira causa de morte, para ambos os





sexos, são os acidentes de viação, sendo que um quarto dos óbitos ocorridos em acidentes entre 1995 e 2008 foram de crianças com menos de 14 anos. Mas olhando só para as mulheres, a primeira causa de morte, antes dos 75 anos, é o suicídio e a auto-mutilação. Seguiu-se a intervenção de António Dornelas, professor no ISCTE e especialista na área do Emprego, que apresentou um trabalho pondo em confronto os factos e as perspectivas de Portugal e outros países europeus. Crescimento económico, salários, competitividade, desemprego, escolarização, desigualdade, pobreza, políticas públicas, clima social global, foram deste modo analisados e refletidos, até uma conclusão na forma de pergunta: que alternativas? As respostas deste trabalho são: Sobre competição salarial, apesar dos baixos salários, só há alternativas no plano europeu. Sobre desemprego, escolarização, desigualdade e pobreza, há alternativas quer no plano europeu, quer no nacional. Nas alternativas viáveis, as escolhas políticas a considerar são: 1. Prioridade ao défice *versus* prioridade ao crescimento? 2. Automatismo dos mercados *versus* regulação social da mudança? 3. Desregulamentação e unilateralismo *versus* proteção da mobilidade profissional e diálogo social? Falou depois Marisa Horta, coordenadora do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, que expôs os números atualizados sobre a presença

de imigrantes e as diversas vertentes do apoio que lhes é prestado, nomeadamente por meio do Gabinete de Apoio ao Emprego, da Rede GIP Imigrante (Gabinetes de Inserção Profissional, com 23 em funcionamento, 18 deles na AML) e dos CLAll's (Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, com 86 em funcionamento, 32 deles na AML). A última intervenção esteve a cargo de Jorge Malheiros, coordenador do Projeto REHURB – Realojamento e Regeneração Urbana da Universidade de Lisboa. Apresentou o referido Projeto, que é um estudo dos diferentes estádios da intervenção pública na habitação (desde 1933, passando pelo Fundo de Fomento de Habitação, depois o período revolucionário de 1974/76 e as diversas políticas implementadas desde então). Na sessão de encerramento entrevistaram João Serrano, Presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa, e Susana Branco, Diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Lisboa, em representação do Ministro da Solidariedade e Segurança Social.

* Quando esta edição da Metrôpoles se encontrava já em fase final de paginação tomámos conhecimento, com muito pesar, do falecimento do Prof. António Dornelas, docente do ISCTE e especialista na área do Trabalho e do Emprego, cuja intervenção constituiu um dos pontos altos do segundo painel desta Conferência.



Área Metropolitana de Lisboa

Alcochete
Almada
Amadora
Barreiro
Cascais
Lisboa
Loures
Mafra
Moita
Montijo
Odivelas
Oeiras
Palmela
Seixal
Sesimbra
Setúbal
Sintra
Vila Franca de Xira



ÁREA METROPOLITANA
DE LISBOA

